



Projeto Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas: Uma Iniciativa Integrada

RESULTADO 3: SEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE MACEIÓ

Produto:

Relatório sobre como melhorar a segurança urbana através do planejamento, gestão e governança

Subproduto:

Estratégias para a Segurança Urbana e a Prevenção ao Crime em Maceió

Maceió
Dezembro de 2019



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

José Renan Calheiros Filho
Governador

George André Palermo Santoro
Secretário de Estado da Fazenda

Renata dos Santos
Secretária Especial do Tesouro Estadual

Fabício Marques Santos
Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Mosart da Silva Amaral
Secretário de Estado do Transporte e Desenvolvimento Urbano

Paulo Domingos de Araújo Lima Júnior
Secretário de Estado da Segurança Pública

Esvalda Amorim Bittencourt de Araújo
Secretária de Estado de Prevenção à Violência

Marcos Sérgio de Freitas Santos
Secretário de Estado da Ressocialização e Inclusão Social

Maria José da Silva
Secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS
(ONU-HABITAT)**

Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ROLAC) - Brasil e Cone Sul

Elkin Velásquez

Diretor Regional para América Latina e o Caribe

Alain Grimard

Oficial Sênior Internacional

Rayne Ferretti Moraes

Oficial Nacional para o Brasil
Coordenadora do Projeto

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Cora Rocha

Estagiária

Julia Caminha

Assistente de Programas para o Brasil

Daphne Costa Besen

Analista de Programas

Laura Collazos

Assistente de Programas para o Brasil

Dennis Rodrigues

Analista de Informação

Leonardo Amaral da Veiga

Analista de Informação

Jônatas de Paula

Analista de Programas

Paula Regina Vieira Zacarias

Analista de Programas

SUPERVISÃO DO PRODUTO

Daphne Costa Besen

REVISÃO FINAL

Daphne Costa Besen

Rayne Ferretti Moraes

DIAGRAMAÇÃO

ONU-Habitat



INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER)

Hélio R. S. Silva
Presidente

Regina Novaes
Vice-Presidente

Pedro Strozenberg
Secretário Executivo

Roberto Amado
Secretário Executivo Adjunto

Maria Isabel Couto
Coordenadora do Projeto

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Maria Isabel Couto
Regina Trindade
Ana Lúcia Ferraz de Menezes
Diglane Galvão
Alex Sandro Oliveira do Nascimento
Átila Vieira
Irene Batista Lima
Isadora Padilha
Jairo da Silva Gomes
José Roberto da Silva Alves
Leandro dos Santos
Tiago Maciel da Silva
Vilmiane Xavier

Luíza Boechat
Comunicação Institucional

Helena Mendonça
Secretária

Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB) – Parceiro local

Eduardo Bezerra Normande
Coordenador



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aisp	Área Integrada de Segurança Pública
Athis	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
Ceasb	Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu
Cedca	Conselho Estadual da dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cedeca/AL	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Zumbi dos Palmares
Cedim	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Alagoas
Datasus	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
Egal	Escola de Governo do Estado de Alagoas
Fapeal	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GGIE	Gabinete de Gestão Integrada Estadual
GGIM	Gabinetes de Gestão Integrada Municipais
Ideal	Instituto para o Desenvolvimento das Alagoas
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ISP	Instituto de Segurança Pública
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MPAL	Ministério Público do Estado de Alagoas
MVI	Mortes violentas intencionais
Neac	Núcleo de Estatística de Análise Criminal
Nevial	Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PC	Polícia Civil
PM	Polícia Militar
Pmerj	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Seades	Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social
Secult	Secretaria de Estado da Cultura
Seduc	Secretaria de Estado da Educação
Sefaz	Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas
Selaj	Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude
Semelj	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
SEMSCS	Segurança Comunitária e Convívio Social
Semudh	Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Seprev	Secretaria de Estado de Prevenção à Violência
Seris	Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social
Sesau	Secretaria de Estado da Saúde
Sete	Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego
Setrand	Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
Sindpol/AL	Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas

Sisgou	Sistema de Gestão Operacional Unificado
SSP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
Susp	Sistema Único de Segurança Pública
TJAL	Tribunal de Justiça de Alagoas
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
Unit	Centro Universitário Tiradentes



ÍNDICE

Introdução	7
ESTRATÉGIAS PARA A SEGURANÇA URBANA E A PREVENÇÃO AO CRIME EM MACEIÓ	9
<i>Eixo 1 – Fortalecimento da Governança em Segurança Pública</i>	<i>12</i>
<i>Eixo 2 – Modernização e Valorização das Instituições do Sistema de Segurança Pública</i>	<i>15</i>
<i>Eixo 3 – Medidas de Prevenção à Violência Letal</i>	<i>21</i>
ANEXO I - A produção das “Oficinas de Estratégias sobre Segurança Urbana, Prevenção ao Crime e Espaços Públicos”	31



Introdução

O estado de Alagoas, localizado na Região Nordeste do Brasil, tem 3.337.357 habitantes¹ e 102 municípios. Penúltimo estado brasileiro em extensão territorial, Alagoas é marcado por peculiaridades e contradições que tornam sua história e existência singulares perante os outros estados do país.

Alagoas tem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Federação - 0.631². Com relação às taxas de pobreza, Alagoas está entre os estados mais afetados. Atualmente, 16.66% da sua população vive em situação de extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de U\$1.9 por dia) e 34.29% vive em situação de pobreza (pessoas que vivem com menos de U\$5.5 por dia)³. Em Maceió, 15.57% da sua população vive em situação de pobreza e 5.29% em extrema pobreza, e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.721, ocupando a 1266ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros⁴.

A capital Maceió abriga quase um terço da população do estado (1.018.948 habitantes)⁵, 12% dessas pessoas⁶ vivem em aglomerados subnormais. Desses, 100 (cem) estão localizados em “grotas” – fundos de vales, alguns mais estreitos, outros de maior largura, cuja principal função ambiental é permitir a drenagem de águas provenientes da região mais elevada da cidade, localmente conhecida como “tabuleiro”, em direção às planícies mais baixas. A existência de vulnerabilidades ambientais nesses territórios impossibilitaria sua ocupação em virtude do risco de inundações e deslizamentos. No entanto, as grotas vêm sendo progressivamente ocupadas por uma população de baixa renda que vive em precárias condições de habitabilidade e com acesso inadequado (ou inexistente) ao abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo e mobilidade urbana.

Em 2017, Alagoas completou 200 anos de emancipação política e as comemorações do bicentenário ajudaram a refletir sobre o passado, o presente e o futuro do estado, que está agora engajado para se tornar mais inclusivo, seguro, resiliente e sustentável. Esse ano também marcou o início do Projeto Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas: Uma Iniciativa Integrada.

Em junho de 2017, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)⁷ e o Governo do Estado de Alagoas assinaram um Acordo de Contribuição⁸ para implementação do

¹ População estimada de 2019 pelo IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

² Ibid.

³ PNUD; FJP; IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010 - Alagoas. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁴ PNUD; FJP; IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010 - Maceió. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maceio_al>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁵ População estimada de 2019 pelo IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁶ ONU-Habitat. Perfil Socioeconômico das Grotas de Maceió, 2019.

⁷ O ONU-Habitat estabeleceu-se em 1978, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). Com sede em Nairóbi, capital do Quênia, o Programa é o ponto focal da Organização das Nações Unidas (ONU) para a urbanização sustentável e os assentamentos humanos. Como uma agência de cooperação técnica especializada do Sistema ONU, o ONU-Habitat trabalha com todos os temas relacionados à vida nas cidades e com diversos atores, como governos federais e locais, universidades, ONGs e demais instituições do terceiro setor e privado. O Escritório Regional para a América Latina e o Caribe está localizado no Rio de Janeiro desde 1996.

⁸ Acordo de Contribuição publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 24 de julho de 2017.



Projeto “Prosperidade Urbana Sustentável e Inclusiva no Estado de Alagoas: Uma Iniciativa Integrada”. Sob a coordenação do escritório do ONU-Habitat localizado no Rio de Janeiro, o Projeto conta com apoio técnico de diversos departamentos da sede do ONU-Habitat em Nairóbi, Quênia, e acompanhamento por parte de secretarias e órgãos do Governo do Estado de Alagoas e demais parceiros da academia, da sociedade civil e do setor privado. Com o propósito de tornar a implementação do Projeto mais eficiente e próxima aos diversos parceiros, o ONU-Habitat abriu um escritório em Maceió - o primeiro da agência na Região Nordeste do Brasil.

O objetivo do Projeto é fortalecer o engajamento do estado de Alagoas em prol de uma prosperidade urbana sustentável e inclusiva, por meio de uma melhor compreensão do ambiente urbano e do estabelecimento (ou aperfeiçoamento) de suas políticas públicas, planos e ações. Seu objetivo central é melhorar a sustentabilidade urbana e as condições de vida nos municípios de Alagoas.

Partindo do princípio de que as decisões devem ser tomadas com base em evidências e fundamentadas em dados e informações, o Projeto possui os seguintes resultados:

- Resultado 1:** Conhecimento fortalecido sobre a identificação de oportunidades e potenciais áreas de intervenção e formulação de políticas informadas em áreas estratégicas, utilizando índices apropriados e mecanismos de mensuração para monitoramento e análise situacional;
- Resultado 2:** Conhecimentos e capacidades fortalecidas para a melhoria e prevenção de favelas e melhoria das condições de vida dos habitantes das grotas;
- Resultado 3:** Segurança nos espaços públicos de Maceió;
- Resultado 4:** Financiamento público e iniciativas econômicas locais melhoradas;
- Resultado 5:** Capacidade fortalecida das instituições e dos servidores diretamente envolvidos na formulação e implementação de políticas e programas urbanos.

O resultado “Segurança nos espaços públicos de Maceió” tem como objetivo “implementar uma abordagem integrada para lidar com a segurança urbana e prevenção da violência através de espaços públicos mais seguros, com base em parcerias com secretarias estaduais e comunidades locais” e prevê a entrega de um Produto: “Relatório sobre como melhorar a segurança urbana através do planejamento, gestão e governança”. Para fins didáticos e metodológicos, o ONU-Habitat subdividiu esse Produto em dois, sendo eles: (i) Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió; e (ii) Estratégias para a Segurança Urbana e a Prevenção ao Crime em Maceió. Esses dois documentos foram orientados pela metodologia do Programa Cidades Mais Seguras (*Safer Cities*) do ONU-Habitat e inspirados no “Guia de Prevenção Local para Políticas de Coesão Social e Segurança Cidadã”⁹.

Para o desenvolvimento deste resultado, o ONU-Habitat contratou o Instituto de Estudos da Religião (ISER), organização com sede no Rio de Janeiro e com ampla experiência na área da segurança pública, prevenção da violência e participação social, que trabalhou ao longo de 2018 junto com o ONU-Habitat nos produtos mencionados acima. Para a realização do Diagnóstico foram selecionados três territórios em Maceió: Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar (Vergel do Lago, Levada e Bom Parto). Essas regiões foram escolhidas por conta das maiores incidências de violência letal e levando em

⁹ ONU-HABITAT; UNIVERSIDAD ALBERTO HURTADO. Guía para la Prevención Local Hacia Políticas de Cohesión Social y Seguridad Ciudadana. Chile: 2009.

consideração as avaliações das secretarias estaduais envolvidas na temática da segurança urbana sobre a existência (ou não) de políticas locais para a prevenção da violência letal.

A construção do “Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió” envolveu pesquisa contextual; pesquisa de campo; aprofundamento nas entrevistas nos territórios escolhidos e enfoque na violência contra as mulheres. O trabalho de campo foi realizado por uma equipe de nove agentes de campo, supervisionados pelo Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb), e divididos entre os três territórios trabalhados. Para condução dessa etapa, os agentes aplicaram metodologias que incentivam a participação social e valorizam as experiências locais como a vivência no espaço urbano, observações etnográficas, entrevistas, mapas mentais, reuniões de articulação local e aplicação de questionários.

Nessa etapa também ocorreu a pesquisa com mulheres por meio das Auditorias de Segurança das Mulheres, metodologia do ONU-Habitat com foco nas reflexões acerca das especificidades da experiência da violência urbana vivida por mulheres. As auditorias buscam identificar os fatores que propiciam a insegurança dentre mulheres para posteriormente confeccionar um diagnóstico sobre essas condições e transformá-lo em ferramenta de reivindicação por políticas específicas.

A segunda etapa previu a construção das “Estratégias para a Segurança Urbana e a Prevenção ao Crime em Maceió” que tem como objetivo central apontar diretrizes estratégicas de orientação para a política de segurança pública que possam auxiliar a superar o desafio da violência letal. Essas estratégias levam em consideração os problemas e as dinâmicas criminais diagnosticadas na primeira etapa e expostas no “Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió”. Além disso, elas levam em consideração a construção coletiva de soluções a partir do diálogo com gestores de várias pastas estaduais e municipais e diversos representantes de movimentos sociais e de membros da comunidade acadêmica alagoana, realizado nas “Oficinas de Estratégias sobre Segurança Urbana, Prevenção ao Crime e Espaços Públicos”, que ocorreram em agosto e setembro de 2018.

ESTRATÉGIAS PARA A SEGURANÇA URBANA E A PREVENÇÃO AO CRIME EM MACEIÓ

As “Estratégias para a Segurança Urbana e a Prevenção ao Crime em Maceió” foram pensadas a partir do “Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió” e dos resultados obtidos nas “Oficinas de Estratégias sobre Segurança Urbana, Prevenção ao Crime e Espaços Públicos” realizadas com gestores públicos, representantes da sociedade civil e pesquisadores de Maceió.

O ponto de partida foram os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) que colocam Alagoas dentre os estados com uma das maiores taxas de homicídio do país há mais de uma década. Agravando ainda mais essa situação, a observação das vítimas e dos meios utilizados nos assassinatos demonstra que os mesmos não afetam a população aleatoriamente, nem acontecem de qualquer forma.

Em 2016, 85% dos assassinatos no estado foram cometidos por armas de fogo – foi o segundo estado do país com maior proporção de mortes violentas intencionais (MVI) por esse meio. No mesmo ano, Alagoas teve a 3ª maior taxa de jovens (entre 15 e 29 anos) assassinados do país, 122.4 óbitos a cada 100 mil habitantes, e registrou ainda a 3ª maior taxa nacional de homicídios de negros (69.7) e a menor taxa de homicídios de não negros (4.1). Nota-se, portanto, a importância que assume o viés etário e



racial na vitimização letal da população alagoana, bem como o impacto da circulação de armas para a segurança da mesma população.

A situação em Maceió não é em muito diferente da situação do estado como um todo. Apesar de a capital não figurar recentemente (2017) entre as cinco capitais com maiores taxas de mortes violentas intencionais, quando observados apenas os homicídios dolosos e os homicídios decorrentes de intervenção policial, Maceió destaca-se, de acordo com os dados mais recentes, como a 4ª capital mais violenta do país (12º Anuário de Segurança Pública, 2018).

Observando a violência letal na capital alagoana, de acordo com os dados do 12º Anuário de Segurança Pública (2018), nota-se uma reversão de tendências que aponta para uma diminuição significativa dos latrocínios (roubos seguidos de morte) e um aumento expressivo nas mortes causadas em confronto com as polícias (que saltaram de 1% em 2012 para 11% em 2016).

Outra tendência de destaque da violência letal em Maceió é a sua concentração espacial. Os dados históricos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), fornecidos pelo Núcleo de Estatística de Análise Criminal (Neac/SSP), apontam que entre 2012 e julho de 2018, mais de 50% das mortes violentas intencionais ocorreram em apenas seis bairros (Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho, Tabuleiro dos Martins, Clima Bom e Vergel do Lago). Ainda nesse mesmo período, 83% dessas mortes ocorreram por armas de fogo, 73% ocorreram em vias públicas, 94% das vítimas eram homens, 84% eram negros e 64.7% eram jovens (entre 15 e 29 anos). Logo, fica claro que o problema além de ser grave, é particularmente localizado, afetando determinados grupos da população de forma diferenciada.

Ao longo dos dois meses de trabalho de campo no Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar, foi possível perceber, em primeiro lugar, a força crescente dos traficantes que dominam o mercado ilícito de drogas sobre a organização da vida cotidiana nesses espaços. As mortes relatadas na pesquisa de campo estiveram, majoritariamente, ligadas às atividades dos mesmos. Nesse sentido, destacaram-se os homicídios relacionados a: (i) dívidas de drogas (por usuários ou pequenos traficantes); (ii) disputa direta e armada entre facções (essa teria arrefecido em 2018, exceto no Jacintinho); (iii) interdição de circular por áreas de outras facções; (iv) regulação local extralegal por traficantes (proibição de crimes contra o patrimônio, proibição de crimes sexuais contra vulneráveis e proibição de falar sobre o tráfico com a polícia, por exemplo).

Apesar do medo de represálias interditar o relato sobretudo com relação aos autores dos crimes, foi possível perceber que a população identifica, também dentre os jovens, os perpetradores dessas mortes. No entanto, isso é indicado principalmente em razão das aferidas causas da violência letal: ausências de oportunidades educacionais, profissionais e de lazer.

É importante destacar que, embora o medo transforme a tematização das violências em tabu, em muitos momentos é aparente que a população não naturaliza e aceita pacificamente o domínio dos grupos de traficantes. Pelo contrário, muitas das novas formas de controle – sobretudo a divisão territorial – são questionadas, indicando que são recentes e que ainda não foram incorporadas pela população. Esse questionamento apareceu ainda mais forte na fala das mulheres, sobretudo das mães, que demonstraram sentirem-se “emparedadas” entre o medo da violência do tráfico, da violência da polícia e mesmo da violência doméstica, temendo não apenas pela sua segurança, mas também pela segurança de seus filhos, sejam eles homens ou mulheres.

No que diz respeito à relação com a polícia, embora o crescimento das mortes decorrentes de intervenção policial apresente tendência de crescimento significativo nos últimos anos, elas pouco apareceram nos relatos de campo. Por outro lado, relatos de abusos de autoridade e da força policial foram muito comuns. De abordagens excessivas e racistas, a espancamentos e invasões frequentes de domicílio, os relatos chamam atenção para a necessidade de reformular as diretrizes de atuação policial e para a necessidade de investimento em treinamento de abordagens condizentes com uma polícia moderna e respeitadora dos direitos dos cidadãos e cidadãs.

Ainda com relação à polícia, muitos moradores distinguiram claramente a atuação dos policiais das bases comunitárias e da chamada “polícia normal”, denunciando inclusive o suposto desmonte das bases comunitárias. É importante notar que especialmente no Benedito Bentes e em parte no Jacintinho, apesar dos relatos de abuso, a população demandou constantemente por mais policiamento e proteção, demonstrando que não há uma resistência com relação à polícia.

Essas questões, aqui tratadas de forma resumida, nortearam a construção das “Oficinas de Estratégias sobre Segurança Urbana, Prevenção ao Crime e Espaços Públicos”, que se constituíram em espaços para discussão e amadurecimento de propostas de ação juntamente com gestores públicos, representantes da sociedade civil e pesquisadores locais. Antes de seguir para a exposição das estratégias sugeridas, é importante falar sobre um aspecto importante observado ao longo das oficinas: embora existam muitos esforços em marcha para reverter a curva de homicídios em Alagoas, é notório que prevalece ainda uma significativa desarticulação entre órgãos de governo e entre os mesmos e representantes da sociedade civil. Bem como é notório que muitas das estratégias adotadas não contam com medidas de avaliação e monitoramento, indicando uma baixa cultura de apropriação de instrumentos de planejamento, avaliação e monitoramento, ao menos dentre os interlocutores que participaram do processo de elaboração do diagnóstico e das estratégias.

Nos três grupos de oficinas realizados, os participantes, de forma geral, apresentaram dificuldades com relação a conceitos básicos de planejamento de políticas públicas. No primeiro ciclo de oficinas (identificação de problemas), a tendência de todos os grupos foi a de indicar diretamente ações, ao invés de expor os problemas.

No segundo ciclo (escolha de estratégias de ação), muitos participantes demonstraram falta de conhecimento com relação a ações já em prática, inclusive membros do poder público a respeito de suas próprias secretarias. Outra dificuldade desse segundo ciclo foi a proposição de ações muito parecidas, demonstrando dificuldade de organizar estratégias mais abrangentes detalhadas em atividades específicas.

Por fim, o último ciclo foi o que apresentou o maior grau de dificuldade. A maioria dos participantes não tinha clareza da diferença entre metas e indicadores. No que diz respeito às metas, em geral, os presentes apontavam novamente o problema ou mesmo a estratégia. Com relação aos indicadores, ficou evidente a falta de uma cultura de avaliação e monitoramento de políticas públicas baseadas em números. Em alguns casos, por exemplo, quando apontados indicadores nacionais existentes, como o censo escolar, muitos participantes indicaram não os conhecer. Ficou evidente, nesse sentido, a necessidade de estruturar cursos de gestão e avaliação de políticas públicas, não apenas para os gestores públicos, mas também para a sociedade civil.

Tendo esse contexto em mente, pareceu necessário, em primeiro lugar, propor uma estratégia de **“Fortalecimento da Governança em Segurança Pública”**, que implica: (i) criar uma instância capaz de



articular os diferentes atores que precisam estar envolvidos na formulação e implementação de uma política sustentável e bem sucedida de segurança pública; e (ii) estimular o desenvolvimento de capacidades e de uma cultura de avaliação e monitoramento em Alagoas.

Em segundo lugar, foi proposta uma estratégia de “**Modernização e Valorização das Instituições do Sistema de Segurança Pública**”, que reconhece a necessidade de fortalecer as capacidades tecnológicas e humanas das instituições policiais, bem como considera a valorização do trabalho policial como elemento central para a construção de uma sociedade mais segura. Nesse eixo, tratou-se também da necessidade de discutir modelos de atuação policial, compatibilizando a atuação das instituições com uma sociedade moderna, transparente e democrática.

Por fim, foi selecionado um grande eixo estratégico de “**Medidas de Prevenção à Violência Letal**”, no qual aspectos que levam à vitimização específica de jovens negros e periféricos, bem como a vitimização de mulheres, foram trabalhados. Nesse eixo, destaca-se também a necessidade de promover uma mudança cultural junto à sociedade combatendo diversos preconceitos que auxiliam a perpetuação das mortes em determinados grupos vulneráveis.

Eixo 1 – Fortalecimento da Governança em Segurança Pública

Problema: Embora Alagoas possua uma série de secretarias e órgãos voltados para a temática da segurança pública, existe pouco diálogo entre os mesmos. A consequência é a multiplicidade de ações sobrepostas que têm dificuldade de alcançar resultados satisfatórios e sustentados.

1. **Ação:** Reativar e ampliar o Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGIE)¹⁰, que deve ficar responsável pela elaboração e monitoramento do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas, com iniciativa piloto em Maceió. O Gabinete deve, necessariamente, ser composto por todas as instituições do sistema de justiça criminal, dentre as quais: Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), Defensoria Pública do Estado de Alagoas, Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Vara de Execuções Penais, Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) e representantes de Agentes Penitenciários. Devem ser incluídos órgãos de gestão ligados à prevenção da violência, como: Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev), Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude (Selaj), Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego (Sete). Além disso, o Gabinete deve contar com representantes de instâncias municipais de segurança pública e prevenção à violência, preferencialmente representantes de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM). Por fim, é imprescindível que o Gabinete tenha uma equipe dedicada unicamente à articulação e ao funcionamento desse grupo, garantindo a sua continuidade. O Gabinete deverá, ainda, ser

¹⁰ Alagoas conta com um Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública Estadual, cujo último instrumento normativo encontrado é o Decreto nº 20.786, de 27 de junho de 2012. A estrutura definida no papel segue o espírito das orientações para gabinetes de gestão integradas do II Plano Nacional de Segurança Pública (2003-2006). No entanto, segundo alguns interlocutores, apesar de a estrutura administrativa da SSP indicar a sua existência, ele encontra-se desativado. Aqui, a proposta é não apenas reativá-lo, mas também ampliá-lo para incluir órgãos de prevenção social da violência.



presidido por liderança constituída com base em notório saber na área de segurança e gestão pública, de forma a ter sua credibilidade reconhecida pelo grupo e deve ser cancelado pelo próprio Governador do Estado de Alagoas.

1.1 Meta de curto prazo (um ano): Gabinete nomeado, empossado e iniciado, com estatuto ou regulamento interno aprovado.

Indicador 1: Reformulação de instrumento normativo de instituição do GGIE;

Indicador 2: Existência de estatuto ou regulamento interno aprovado e publicado;

Indicador 3: Lista de secretarias, órgãos e instituições nomeadas.

1.2 Meta de médio prazo (dois anos): Gabinete funcionando regularmente, com reuniões mensais entre os participantes, e responsável pela aprovação do plano piloto para Maceió do Plano Estadual de Redução de Homicídios em Alagoas.

Indicador 1: Atas das reuniões do GGIE - periodicidade e membros participantes;

Indicador 2: Quantidade de reuniões voltadas para a elaboração do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas;

Indicador 3: Quantidade de instituições - governamentais e não-governamentais - representadas nas reuniões para elaboração do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas;

Indicador 4: Plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas publicado.

1.3 Meta de longo prazo (quatro anos): Gabinete funcionando regularmente, com reuniões mensais entre os participantes, responsável pelo acompanhamento da implementação do plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas e pelo monitoramento dos seus resultados.

Indicador 1: Atas das reuniões do GGIE - periodicidade e membros participantes;

Indicador 2: Quantidade de reuniões voltadas para a implementação do plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas;

Indicador 3: Quantidade de ações voltadas para o monitoramento de resultados do plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas;

Indicador 4: Taxa de homicídios em Maceió.

Problema: Parcela significativa dos serviços que produzem maior impacto na prevenção da violência está vinculada às esferas de ação local das prefeituras. No entanto, historicamente, a responsabilidade da segurança pública é atribuída apenas à esfera estadual, a quem compete a administração das instituições de repressão à criminalidade. A desvinculação entre as esferas gestoras da prevenção e da repressão dificulta a adoção de políticas equilibradas e sustentáveis de segurança pública que sejam capazes de identificar áreas prioritárias de atuação para cada serviço.

2. Ação: Incentivo à criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais, que devem ficar responsáveis pela elaboração de diagnósticos locais de segurança pública e planos locais de prevenção à violência, especialmente a letal. Competirá a esse grupo também acompanhar o Plano de Redução de Homicídios em Alagoas e articular, de forma mais ampla, o diálogo com



a esfera estadual e federal a respeito da temática da segurança pública. Cada Gabinete deve ser composto por representantes locais das instituições do sistema de justiça criminal e por secretarias municipais e estaduais ligadas à prevenção da violência. É imprescindível que o Gabinete tenha uma equipe dedicada unicamente à articulação e ao funcionamento desse grupo, garantindo a sua continuidade. O Gabinete deverá, ainda, ser presidido por liderança constituída com base em notório saber na área de segurança e gestão pública, de forma a ter sua credibilidade reconhecida pelo grupo e deve ser cancelado pelo próprio Prefeito.

2.1 Meta de curto prazo (um ano): Auxiliar a rearticulação do GGIM da capital Maceió e incorporá-lo no GGIE.

Indicador 1: Efetivação do GGIM de Maceió;

Indicador 2: Lista de secretarias, órgãos e instituições nomeadas.

2.2 Meta de médio prazo (dois anos): Auxiliar a criação de GGIMs em todos os municípios da Região Metropolitana de Maceió e incorporá-los no GGIE.

Indicador 1: Quantidade de GGIMs fundados na Região Metropolitana de Maceió;

Indicador 2: Lista de secretarias, órgãos e instituições nomeadas.

2.3 Meta de médio prazo (três anos): Incentivar a elaboração de diagnósticos locais de segurança pública em todos os municípios com GGIMs formados.

Indicador 1: Quantidade de diagnósticos locais de segurança pública elaborados;

Indicador 2: Lista de secretarias, órgãos e instituições que participaram da elaboração dos diagnósticos.

2.4 Meta de longo prazo (quatro anos): Incentivar a elaboração de planos locais de prevenção à violência em todos os municípios com GGIMs formados.

Indicador 1: Quantidade de planos locais de prevenção à violência elaborados;

Indicador 2: Lista de secretarias, órgãos e instituições que participaram da elaboração dos planos.

Problema: Baixa capacitação do quadro técnico para elaborar diagnósticos e planos de ação para políticas públicas, bem como para monitorar e avaliar as ações em andamento.

3. **Ação:** Elaboração e execução de um curso de planejamento e monitoramento para a gestão pública. O curso funcionará como projeto piloto e, nesse momento, será voltado especificamente para a área da segurança pública. O curso terá como proposta mesclar aulas teóricas com aulas práticas que ao final devem garantir a elaboração conjunta do plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas. O curso reunirá gestores públicos estaduais e municipais, membros dos poderes judiciário e legislativo e representantes da sociedade civil organizada voltados à temática da segurança pública e da prevenção à violência. O órgão responsável pela articulação do curso e de seus participantes será o GGIE.

3.1 Meta de curto prazo (um ano): Definição da estrutura do curso e dos seus participantes a partir do funcionamento do GGIE.



Indicador 1: Estrutura do curso;

Indicador 2: Lista de participantes convidados.

3.2 Meta de médio prazo (dois anos): Execução do curso e elaboração do plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas.

Indicador 1: Número de aulas ministradas;

Indicador 2: Lista de presença dos participantes - incluindo representantes do Governo do Estado de Alagoas, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da sociedade civil;

Indicador 3: Plano piloto para Maceió do Plano de Redução de Homicídios em Alagoas elaborado.

Eixo 2 – Modernização e Valorização das Instituições do Sistema de Segurança Pública

Problema: A compartimentação de informações entre instituições do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e do sistema de justiça criminal, de forma mais geral, prejudica o pleno funcionamento das instituições e ações de planejamento e de inteligência. Em geral, as instituições têm conhecimento apenas de parte das dinâmicas criminais, impossibilitando um diagnóstico apurado e o desenho de políticas eficientes para solucionar os problemas. Quando há vontade institucional de compartilhar informações, em geral, o formato diferente de produção das mesmas dificulta a compreensão.

- Ação:** Implementação de um sistema unificado de informações e inteligência para todos os órgãos do Susp e do sistema de justiça criminal.

1.1 Meta de curto prazo (um ano): Fortalecimento e transformação do Sistema de Gestão Operacional Unificado (Sisgou) como sistema de informação obrigatório para todas as instituições que compõem o Susp em Alagoas.

Indicador 1: Número de instituições operando através do Sisgou;

Indicador 2: Índice de instituições operando através do Sisgou (número de instituições operando no Sisgou / número total de instituições do Susp).

1.2 Meta de médio prazo (dois anos): Incorporação das demais instituições do sistema de justiça criminal no Sisgou.

Indicador 1: Número de instituições operando através do Sisgou;

Indicador 2: Índice de instituições operando através do Sisgou (número de instituições operando no Sisgou / número total de instituições do Susp e do sistema de justiça criminal).

1.3 Meta de médio prazo (três anos): Formulação de normativa conjunta e compartilhada de produção de informações, de forma que os dados produzidos por cada instituição sejam compatíveis e acessíveis.

Indicador 1: Regulamentação publicada de acordo com funcionamento interno de cada instituição;

Indicador 2: Quantidade de instituições operando com os mesmos parâmetros de produção de informação.



1.4 Meta de longo prazo (4 anos): Fortalecimento de um canal de denúncias disponível para todos os municípios através da ampliação do Disque-Denúncia para todo o estado e da sua reformulação, de forma a garantir o anonimato dos denunciantes, sua credibilidade e a incorporação de novas tecnologias de comunicação.

Indicador 1: Quantidade de municípios atendidos pelo Disque-Denúncia;

Indicador 2: Quantidade de ligações recebidas por dia;

Indicador 3: Quantidade de crimes solucionados com informações recebidas pelo Disque-Denúncia.

Problema: Falta de planejamento e gestão da coleta de informação em todas as instituições. Falta de clareza e transparência a respeito dos pressupostos e das informações que fundamentam a tomada de decisão.

2. Ação: Disseminação de uma cultura interinstitucional de planejamento baseada em dados e informações qualificadas, promovida pelo GGIE.

2.1 Meta de médio prazo (dois anos): Criação de planos de ação para cada instituição baseados em diagnósticos a partir de dados consolidados de forma interinstitucional, com definição de metas para as diferentes regiões do estado e indicadores de resultado claros e objetivos.

Indicador 1: Número de planos de ação criados.

2.2 Meta de médio prazo (dois anos): Criação de incentivos para o cumprimento de metas que não se restrinjam à gratificação pecuniária, como a progressão na carreira.

Indicador 1: Existência de uma política estadual de gestão por resultados;

Indicador 2: Número de instituições do Susp e do sistema de justiça criminal operando através de sistemas de gestão por resultados.

2.3 Meta de médio prazo (três anos): Monitoramento das metas pelos GGIE.

Indicador 1: Índice de cumprimento de metas de cada instituição (metas alcançadas / metas estabelecidas).

2.4 Meta de médio prazo (dois anos): Realização de diagnóstico aprofundado para determinar a necessidade de contratação e alocação de efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil por municípios e Área Integrada de Segurança Pública (Aisp).

Indicador 1: Atualização de regulamentação que determina os efetivos mínimos necessários da Polícia Civil e da Militar;

Indicador 2: Proposta de distribuição dos efetivos a partir de critérios claros e mensuráveis.

2.5 Meta de longo prazo (quatro anos): Implementação de critérios técnicos claros que permitam calcular a distribuição ideal de efetivos da Polícia Militar e Civil com

base em manchas criminais, informações demográficas da população e características geográficas de cada território, tal qual existe em São Paulo¹¹.

Indicador 1: Tecnologia implantada.

Problema: Deficiência nos mecanismos de controle externo da sociedade civil. Existência de instrumentos rudimentares de transparência e escassez de espaços de diálogo e formulação conjunta com a sociedade civil.

- 3. Ação:** Criar o Programa de Democratização e Modernização da Gestão da Segurança, fortalecendo esferas de diálogo e participação decisória com a sociedade civil.

3.1 Meta de médio prazo (dois anos): Reestruturação de página de divulgação de dados sobre indicadores de crimes, de acordo com orientações do Open Data Index (da Open Knowledge Foundation)¹² e a exemplo do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro¹³, privilegiando os indicadores de letalidade violenta.

Indicador 1: Existência de página reformulada em funcionamento;

Indicador 2: Número de indicadores disponibilizados na página;

Indicador 3: Periodicidade de publicação dos indicadores;

Indicador 4: Número de acessos à página;

Indicador 5: Número de reportagens construídas com informações disponibilizadas na página;

Indicador 6: Número de pesquisas acadêmicas publicadas com indicadores disponibilizados na página.

3.2 Meta de médio prazo (três anos): Fortalecer linha de fomento de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) voltada à produção de diagnósticos e conhecimento a respeito das temáticas de violência, criminalidade, sistema de segurança pública e justiça criminal, privilegiando recortes de violência letal, violência contra a juventude, violência contra a mulher e violência contra a população negra.

Indicador 1: Número de pesquisas publicadas com recursos da Fapeal sobre as temáticas;

Indicador 2: Número de pesquisadores envolvidos em pesquisas dessas temáticas.

¹¹ Os critérios para distribuição do efetivo da PM em São Paulo podem ser encontrados no documento intitulado “Instruções para a Distribuição e o Complemento do Efetivo Policial-Militar Territorial”, disponível em: <https://issuu.com/mario249/docs/i-28-pm-instrucoes-para-a-distribui>.

¹² A Fundação Open Knowledge considera que uma instituição possui dados abertos quando “qualquer pessoa pode acessá-los, usá-los, modificá-los e compartilhá-los livremente para qualquer propósito”. Para mais informações acessar: <http://opendefinition.org/>.

¹³ O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro há muitos anos publica de forma periódica um conjunto de mais de 30 títulos criminais em planilhas mensais de Excel. Desde 2017, o órgão avançou divulgando as informações em formato de banco de dados e em formato de infográficos, facilitando a análise de dados por pesquisadores e leigos. A instituição foi inclusive inserida no hall de “boas práticas” levantadas por um estudo da FGV/DAPP e da OAK Foundation. A nova página ISP Dados pode ser acessada em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/>.

3.3 Meta de médio prazo (dois anos): Incentivar a criação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública por Aisp e incluí-los na definição de metas para cada Aisp.

Indicador 1: Número de conselhos comunitários criados;

Indicador 2: Lista de atores representados em cada conselho;

Indicador 3: Periodicidade de encontros de cada conselho;

Indicador 4: Número de metas formuladas com participação dos conselhos.

3.4 Meta de médio prazo (dois anos): Incluir a sociedade civil na elaboração de planos de segurança pública, começando pelo plano piloto para Maceió do Plano Estadual de Redução de Homicídios em Alagoas.

Indicador 1: Número de representantes da sociedade civil envolvidos na formulação do plano piloto para Maceió do Plano Estadual de Redução de Homicídios em Alagoas;

Indicador 2: Assiduidade dos mesmos nas reuniões de formulação do plano;

Indicador 3: Índice de representação da sociedade civil no plano (número de representantes da sociedade civil / número total de participantes).

3.5 Meta de longo prazo (quatro anos): Criar e consolidar ouvidorias dos diferentes organismos de segurança pública e justiça criminal garantindo: a definição clara de mandato e processo eleitoral; a sistematização de dados de atendimento e encaminhamentos; e a estruturação de fluxos de informação e comunicação entre órgãos.

Indicador 1: Índice de instituições com ouvidorias (número de ouvidorias / número total de instituições do Susp e do sistema de justiça criminal);

Indicador 2: Número de instituições com mandato e eleições realizadas e publicadas;

Indicador 3: Número de atendimentos realizados e encaminhados pelas ouvidorias.

Problema: Muitos profissionais da segurança pública se sentem despreparados, isolados e desvalorizados no exercício das suas funções. Esses sentimentos são em larga medida elementos de ampliação do estresse em seus cotidianos e apresentam maior gravidade uma vez que a maioria desses profissionais são justamente os funcionários públicos responsáveis por garantir a segurança da população e, por isso, têm autorizado o porte de armas.

4. Ação: Formulação e implementação de um plano de formação, acompanhamento e valorização dos profissionais que compõem o Susp.

4.1 Meta de curto prazo (um ano): Garantir a plena aplicação das normativas nacionais definidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) a respeito dos processos de formação e formação continuada em todos os órgãos que compõem o Susp, com priorização de disciplinas essenciais para o atendimento qualificado do público oferecidas obrigatoriamente em formato presencial.

Indicador 1: Índice da grade curricular oferecida (cursos em modalidade presencial oferecidos em Alagoas / cursos estipulados pela Senasp).

4.2 Meta de médio prazo (dois anos): Promover intercâmbio de professores entre as instituições que compõem o Susp, fortalecendo o diálogo e o melhor conhecimento do papel e da atuação de cada instituição.

Indicador 1: Número de profissionais de outras instituições utilizados nos cursos de formação de cada instituição.

4.3 Meta de médio prazo (três anos): Formulação de uma etapa de formação básica unificada para a Polícia Civil e a Polícia Militar, com o objetivo de aprofundar o diálogo e a compreensão entre as duas instituições. Depois da etapa básica conjunta, cada órgão procede para treinamento específico a respeito de suas competências.

Indicador 1: Composição do quadro de professores do curso (número de professores de cada instituição do Susp);

Indicador 2: Composição do corpo discente (número de alunos de cada instituição);

Indicador 3: Percepção dos agentes com relação ao curso (pesquisa de opinião).

4.4 Meta de médio prazo (dois anos): Estruturação e implementação de plano de formação continuada para todas as instituições que compõem o Susp, apresentando grade curricular e periodicidade dos cursos.

Indicador 1: Quantidade de instituições com plano elaborado;

Indicador 2: Quantidade de cursos oferecidos;

Indicador 3: Periodicidade dos cursos oferecidos;

Indicador 4: Quantidade de alunos matriculados nos cursos;

Indicador 5: Percepção dos agentes com relação aos cursos (pesquisa de opinião).

4.5 Meta de médio prazo (dois anos): Estabelecimento e cumprimento de avaliação periódica de aptidão física, aptidão psicológica e aptidão técnica dos agentes de segurança, incluindo definição de protocolo para identificação de profissionais em situação de estresse (a exemplo do Programa de Controle do Uso da Força brevemente implementado no Rio de Janeiro em 2015¹⁴) e de protocolo de acompanhamento para policiais que se envolvem em confronto, incluindo mecanismos para medir as condições de retorno para a operação.

Indicador 1: Periodicidade dos testes realizados;

Indicador 2: Índice de profissionais submetidos aos testes (número de profissionais submetidos aos testes / número de profissionais do Susp);

Indicador 3: Número de protocolos de controle de condições de atuação policial criados e implementados.

¹⁴ O Programa de Controle do Uso da Força da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) tinha como ponto de partida o cálculo do índice de aptidão para o uso da força policial, que podia ser calculado tanto individualmente quanto por batalhões e indicava sinais de alerta para os gestores da corporação. A metodologia do índice pode ser acessada em: <https://www.conectas.org/arquivos/editor/files/INDICE%20APTIDAO%20USO%20FORCA%20POLICIAL-%20205.pdf>

4.6 Meta de médio prazo (dois anos): Estabelecimento de equipe multidisciplinar de apoio ao trabalho e ao bem-estar dos agentes de segurança pública do Susp, incorporando atendimento médico, psicológico, social e jurídico.

Indicador 1: Composição da equipe multidisciplinar de apoio (quantidade de profissionais de cada categoria);

Indicador 2: Número de atendimentos realizados por cada categoria da equipe;

Indicador 3: Percepção dos agentes com relação ao atendimento (pesquisa de opinião).

4.7 Meta de longo prazo (quatro anos): Criação de um grupo de trabalho e de uma proposta para reformular o escalonamento salarial nas instituições de segurança pública, reduzindo suas desigualdades internas.

Indicador 1: Composição do grupo, incluindo níveis de hierarquia;

Indicador 2: Periodicidade das reuniões;

Indicador 3: Divulgação de atas das reuniões;

Indicador 4: Consultas realizadas com os diferentes níveis hierárquicos de cada instituição.

4.8 Meta de longo prazo (quatro anos): Realizar concurso público para os órgãos de segurança garantindo os efetivos mínimos que permitam respeitar as escalas de trabalho.

Indicador 1: Número de vagas abertas em concurso;

Indicador 2: Déficit de efetivo por instituição.

4.9 Meta de longo prazo (quatro anos): Mapear as condições de infraestrutura física e tecnológica de todos os postos de funcionamento das Polícias Civil e Militar, e reformá-las garantindo condições mínimas de atuação aos profissionais nela alocados.

Indicador 1: Índice de estruturas mapeadas (estruturas mapeadas / estruturas existentes);

Indicador 2: Número de estruturas reformadas;

Indicador 3: Percepção dos agentes com relação ao estado das estruturas (pesquisa de opinião).

4.10 Meta de médio prazo (dois anos): Garantir o pleno acesso a viaturas, armamentos e equipamentos de baixa letalidade para todos os profissionais de segurança de acordo com suas competências, incluindo o treinamento básico e continuado para armamentos.

Indicador 1: Déficit de viaturas;

Indicador 2: Déficit de armamentos em plena capacidade de uso;

Indicador 3: Déficit de equipamentos de baixa letalidade;

Indicador 4: Déficit de munições em plena capacidade de uso.

Problema: A atuação repressiva da Polícia Militar causa desgastes e afastamento da população. Existem muitas críticas com relação a ações truculentas e abusivas que dificultam uma aproximação da população inclusive para denunciar crimes.

5. Ação: Fortalecimento e disseminação da filosofia de policiamento comunitário.

5.1 Meta de curto prazo (um ano): Realizar diagnóstico das condições atuais do programa de bases comunitárias.

Indicador 1: Estudo publicado.

5.2 Meta de médio prazo (dois anos): Formular e implementar um plano de ação de fortalecimento das bases comunitárias com critérios claros de distribuição no território e com metas e indicadores de acompanhamento de resultados.

Indicador 1: Publicação de plano;

Indicador 2: Quantidade de bases comunitárias em funcionamento;

Indicador 3: Índice de efetivo dedicado ao policiamento comunitário (efetivo destinado ao projeto / efetivo total da PM);

Indicador 4: Evolução dos indicadores de violência nos territórios das bases comunitárias;

Indicador 5: Percepção de moradores das áreas com relação ao projeto (pesquisa de opinião);

Indicador 6: Percepção dos policiais do projeto com relação ao mesmo (pesquisa de opinião).

5.3 Meta de longo prazo (quatro anos): Incorporação da filosofia de policiamento comunitário na rotina normal de funcionamento das Aisps, priorizando a mediação de conflitos e aproximação com a comunidade ao enfrentamento armado. Esse deve ficar a cargo de unidades táticas específicas.

Indicador 1: Número de Aisps orientadas pela filosofia das bases comunitárias;

Indicador 2: Evolução dos indicadores de violência nessas Aisps;

Indicador 3: Percepção de moradores das áreas com relação ao policiamento comunitário (pesquisa de opinião);

Indicador 4: Percepção dos policiais com relação ao policiamento comunitário (pesquisa de opinião).

Eixo 3 – Medidas de Prevenção à Violência Letal

Problema: Uma série de preconceitos atrapalha a identificação da violência letal como um problema grave. Esses mesmos preconceitos costumam estar relacionados à vitimização de grupos específicos e levam à banalização dos homicídios. Não à toa, as principais vítimas de assassinatos são jovens negros de bairros pobres e, mesmo dentre as mulheres, as maiores vítimas são as mulheres negras.

1. Ação: Formular e implementar uma Política de Valorização dos Indivíduos Atingidos pelo Preconceito através de campanhas de combate ao preconceito contra negros, jovens, mulheres, população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou



Transgêneros), populações periféricas, população em situação de rua e pessoas com problemas de drogadição.

1.1 Meta de curto prazo (um ano): Formular um plano de atuação para incidir na desconstrução de preconceitos e na desnaturalização do crime e da violência, disseminando materiais informativos e questionando mitos.

Indicador 1: Existência do plano com ações desenhadas, objetivos claros, metodologia, metas e indicadores definidos.

1.2 Meta de curto prazo (um ano): Iniciar campanha informativa sobre violência letal com viés específico de desconstruir preconceitos e desnaturalizar a violência, em canais de televisão, jornais, revistas, rádios e redes sociais.

Indicador 1: Quantidade de peças publicitárias produzidas;

Indicador 2: Quantidade de inserções diárias nos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e mídia impressa);

Indicador 3: Medidor de alcance/impacto nas redes sociais;

Indicador 4: Percepção da sociedade com relação à violência letal e suas vítimas (pesquisa de opinião).

1.3 Meta de Longo prazo (quatro anos): Estabelecer marco regulatório dos meios de comunicação com relação aos conteúdos de práticas criminosas, com ênfase na determinação de horários para conteúdos sensíveis e no equilíbrio da grade de programação, incluindo programas educativos.

Indicador 1: Marco regulatório aprovado;

Indicador 2: Número de programas educativos;

Indicador 3: Percepção da população sobre os programas (pesquisa de opinião).

1.4 Meta de longo prazo (quatro anos): Formular e aprovar Projeto de Lei que crie um imposto sobre a comercialização de armas destinada exclusivamente à sustentabilidade de campanha permanente e informativa sobre a violência letal e o desarmamento.

Indicador 1: Projeto apresentado à Assembleia Legislativa de Alagoas;

Indicador 2: Projeto de Lei aprovado.

1.5 Meta de médio prazo (dois anos): Realizar fóruns e workshops junto à sociedade civil e gestores públicos para debater o tema da descriminalização das drogas sob a perspectiva de uma política de redução de danos.

Indicador 1: Quantidade de eventos realizados;

Indicador 2: Número de participantes;

Indicador 3: Percepção da sociedade sobre a política de drogas (pesquisa de opinião).

1.6 Meta de médio prazo (dois anos): Realizar *hackathons*¹⁵ para a juventude da periferia com o tema de segurança pública, ao menos um em cada um dos seis bairros que mais registraram homicídios nos últimos cinco anos.

Indicador 1: Quantidade de eventos realizados;

Indicador 2: Número de participantes em cada evento;

Indicador 3: Percepção da população sobre a violência letal em cada um dos locais onde ocorreram os *hackathons*.

1.7 Meta de curto prazo (um ano): Criação de um programa estadual para discutir o racismo institucional e estrutural na Escola de Governo do Estado de Alagoas (Egal).

Indicador 1: Programa criado;

Indicador 2: Número de participantes.

1.8 Meta de médio prazo (dois anos): Fiscalizar a implementação da Lei nº 11645/08¹⁶, que determina o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

Indicador 1: Número de escolas com matérias de história e cultura afro-brasileira e indígena;

Indicador 2: Índice de escolas com matérias de história e cultura afro-brasileira e indígena (número de escolas com currículo atualizado / número total de escolas).

Problema: Os homicídios não se distribuem de forma homogênea por Maceió. Muitos se concentram em bairros com indicadores socioeconômicos associados à pobreza. Com isso, muitas vítimas são jovens negros pobres periféricos e desempregados ou com ocupações informais.

- 2. Ação:** Formular e implementar uma Política de Desenvolvimento de Áreas Periféricas com ênfase: (i) no investimento em áreas marginalizadas; (ii) na valorização e apoio a iniciativas de organização comunitária; (iii) em ações de incentivo à integração entre equipamentos públicos e grupos comunitários; (iv) à empregabilidade; e (v) à qualificação dos serviços públicos básicos.

2.1 Meta de curto prazo (um ano): Formular uma Política de Desenvolvimento de Áreas Periféricas, com participação da população dessas áreas, desenhando ações, métodos, metas e indicadores claros.

Indicador 1: Política criada;

Indicador 2: Número de participantes no processo de criação;

¹⁵ *Hackathon* é um conceito originalmente da área de tecnologia da informação, mais especificamente adotado por desenvolvedores e programadores, em que eram realizadas maratonas com o intuito de encontrar soluções para problemas específicos. Hoje a ferramenta se expandiu para outras áreas de atuação e conhecimento, mantendo seu objetivo específico de reunir pessoas com o intuito de encontrar soluções inovadoras para os problemas colocados, e já foi utilizado pelo Governo do Estado de Alagoas através de uma iniciativa liderada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

¹⁶ A Lei nº 11.645, publicada em 10 de março de 2008, substitui a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e determina a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio. Para o conteúdo na íntegra ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

Indicador 3: Número de audiências públicas realizadas em cada bairro periférico.

2.2 Meta de curto prazo (um ano): Mapear iniciativas existentes da sociedade civil que possam atuar em parceria com o governo no plano piloto para Maceió do Plano Estadual de Redução de Homicídios em Alagoas.

Indicador 1: Número de instituições mapeadas em cada bairro de Maceió.

2.3 Meta de médio prazo (dois anos): Fomentar, valorizar e apoiar iniciativas de organização comunitária em áreas periféricas (fóruns e parlamentos jovens, associações e espaços comunitários) através de editais para iniciativas culturais e projetos sociais.

Indicador 1: Quantidade de editais abertos e volume de recursos disponibilizados;

Indicador 2: Número de instituições inscritas no edital, discriminadas por bairro;

Indicador 3: Editais concedidos por bairro.

2.4 Meta de médio prazo (três anos): Investir em políticas de empregabilidade para moradores de áreas periféricas, incentivando a criação de postos de empregos formais, realizando cursos de capacitação para trabalho autônomo, reservando parte das vagas no programa Primeiro Emprego e utilizando mão-de-obra local em programas de urbanização, obras e projetos sociais do governo.

Indicador 1: Quantidade de vagas de emprego formal oferecidas por bairro;

Indicador 2: Quantidade de cursos de capacitação para trabalho autônomo oferecidos por bairro;

Indicador 3: Número de participantes dos cursos de capacitação por bairro;

Indicador 4: Número de moradores locais empregados em ações de governo;

Indicador 5: Porcentagem das vagas do programa Primeiro Emprego destinado a moradores de cada bairro.

2.5 Meta de médio prazo (dois anos): Rever o Plano Plurianual de forma a priorizar o investimento de recursos públicos em áreas periféricas.

Indicador 1: Distribuição de recursos governamentais por bairros da cidade de Maceió.

2.6 Meta de longo prazo (quatro anos): Adequar oferta de serviços públicos básicos, como saúde e educação para primeira infância.

Indicador 1: Quantidade de vagas em creches e escolas ponderadas pela população de cada bairro;

Indicador 2: Número de profissionais de saúde e assistência social ponderados pela população de suas áreas de cobertura.

Problema: Parte do problema da violência letal está ligado à existência de uma cultura violenta de resolução de conflitos, que escala rapidamente de crimes de menor potencial ofensivo para situações de violência deflagrada - como os linchamentos em razão de furtos. Essa cultura está enraizada na própria construção da sociedade e da sociabilidade brasileiras, operando de forma que ao naturalizar soluções violentas de alguns conflitos interpessoais, acaba ficando refém dos mesmos em outros



momentos, sem poder denunciar, por exemplo, grupos criminosos, por medo de retaliações violentas. A mesma lógica alcança jovens que se engajaram em atividades de tráfico de drogas e, muitas vezes, acabam sem opções de saída.

3. Ação: Disseminar/fortalecer práticas de justiça restaurativa.

3.1 Meta de médio prazo (dois anos): Fortalecer e ampliar programas de mediação de conflito, com ênfase em comunicação não violenta, garantindo a existência de ao menos um núcleo comunitário por Região Administrativa, e envolvendo judiciário e conselhos em suas atividades de rotina.

Indicador 1: Índice de núcleos em funcionamento (quantidade de núcleos / quantidade de regiões administrativas);

Indicador 2: Quantidade de serviços ofertados em cada núcleo;

Indicador 3: Número de atendimentos realizados em cada núcleo;

Indicador 4: Indicadores de criminalidade associados a problemas interpessoais (lesão corporal e homicídio).

3.2 Meta de médio prazo (três anos): Criar uma rede de proteção às vítimas de violência oriundas de grupos criminosos, como traficantes e grupos de extermínio. Construção de abrigos e programas para atender homens e mulheres egressos ou perseguidos por tais grupos.

Indicador 1: Serviços ofertados pela rede;

Indicador 2: Número de atendimentos realizados;

Indicador 3: Número de vagas em abrigos;

Indicador 4: Número de vagas ocupadas;

Indicador 5: Avaliação da população sobre os serviços (pesquisa de percepção).

3.3 Meta de médio prazo (três anos): Promover políticas de atendimento e acolhimento para população em situação de rua e indivíduos com problemas de drogadição, focados na oferta de serviços de atenção básica e de moradia e na construção conjunta de alternativas, e não no internamento compulsório - a exemplo do programa Consultório na Rua¹⁷ da Prefeitura de Maceió e do Programa de Braços Abertos¹⁸ da Prefeitura de São Paulo.

Indicador 1: Estudo de levantamento da população em situação de rua em Maceió;

Indicador 2: Serviços específicos ofertados para essa população;

Indicador 3: Quantidade de atendimentos realizados;

Indicador 4: Acompanhamento da quantidade de pessoas em situação de rua.

¹⁷ Para mais informações do Projeto da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, que foi premiado no 34º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, ver: <http://www.maceio.al.gov.br/sms/consultorio-na-rua/>.

¹⁸ Para uma análise dos sucessos e defeitos do Programa de Braços Abertos, bem como duas outras iniciativas de redução de danos no uso do crack ver o relatório da Open Society Foundation, disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/crack-reduzir-danos-20170129.pdf>.

Problema: Os espaços urbanos interferem nas condições de engajamento em determinados crimes, inclusive crimes contra a vida, e afetam de forma acentuada a sensação de segurança das pessoas. Em muitos bairros de Maceió, percebe-se um esvaziamento do espaço urbano. Muitas ruas não são agradáveis para o pedestre e acabam se tornando vias quase que exclusivamente para carros. Além disso, em muitos espaços a circulação e a ocupação noturna é praticamente inexistente, criando vazios demográficos. Percebe-se uma baixa apropriação dos espaços públicos e um sentimento de que muitas práticas populares que ocupam os espaços não são valorizadas. Esse quadro atrapalha uma ocupação vigilante e ativa do espaço urbano, que teria, entre outras consequências positivas, a capacidade de reduzir as oportunidades para a prática de crimes violentos.

- 4. Ação:** Implementar projetos de fomento à utilização/ocupação dos espaços públicos em parceria com moradores locais, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada.

4.1 Meta de curto prazo (um ano): Realizar um estudo de mapeamento dos espaços urbanos subutilizados nos seis bairros com maiores indicadores de violência letal em Maceió.

Indicador 1: Existência do estudo;

Indicador 2: Número de bairros mapeados.

4.2 Meta de médio prazo (dois anos): Estabelecer iniciativas de mutirão assistido, oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athi) e práticas/intervenções rápidas de design ativo - em parceria com grupos culturais locais, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e academia - nas comunidades periféricas, para recuperar espaços urbanos degradados e incentivar a apropriação do espaço.

Indicador 1: Número de atividades realizadas por bairro;

Indicador 2: Número de espaços recuperados por bairro;

Indicador 3: Número de participantes das ações.

4.3 Meta de médio prazo (três anos): Reformar espaços públicos sucateados nos bairros com maiores indicadores de homicídios, lesões corporais e violência contra a mulher, e estruturar equipamentos de iluminação pública.

Indicador 1: Número de equipamentos reformados por bairro;

Indicador 2: Cobertura da rede de iluminação pública.

4.4 Meta de médio prazo (dois anos): Implantar pontos de ônibus (estrutura física) em todos os bairros com maiores indicadores de homicídios, lesões corporais e violência contra a mulher de Maceió e rever as rotas de ônibus existentes, de forma a ampliar sua cobertura, especialmente nas periferias.

Indicador 1: Número de estruturas físicas implantadas por bairro;

Indicador 2: Cobertura das rotas de ônibus;

Indicador 3: Periodicidade das linhas de ônibus;

Indicador 4: Avaliação da população sobre a segurança nos serviços de ônibus (pesquisa de percepção).

4.5 Meta de médio prazo (dois anos): Formular e implementar um projeto de incentivo à organização de grupos de mulheres que auxiliem na transformação dos usos do espaço público, auxiliando na apropriação dos mesmos pela população e

incentivando práticas locais de economia solidária para ocupação e manutenção dos espaços, a exemplo do programa Mulheres da Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)¹⁹. Para além da articulação de grupos locais, o programa deverá antever a criação de uma plataforma de comunicação que articule essas mulheres em uma rede ampla, para toda Maceió, como forma de amplificar sua capacidade de atuação e como forma de facilitar a disseminação de informações.

Indicador 1: Número de bairros com grupos formados;

Indicador 2: Número de mulheres engajadas em cada grupo;

Indicador 3: Número de ações e iniciativas locais potencializadas/organizadas por cada grupo;

Indicador 4: Número de mulheres que acessam a plataforma;

Indicador 5: Número de relatórios periódicos produzidos a partir de informações acumuladas na plataforma, como mapeamentos de espaços inseguros e solicitações de ações de intervenção urbana;

Indicador 6: Número de denúncias realizadas por mulheres.

Problema: O estabelecimento de fronteiras entre grupos diferentes de comercialização de drogas impacta as possibilidades de circulação e de acesso a serviços por parte de moradores de periferias, além de ser uma das causas frequentes de assassinatos em Maceió.

5. **Ação:** Estabelecer eventos culturais de lazer e esportivos que agreguem moradores de diferentes comunidades periféricas, favorecendo a circulação pela cidade.

5.1 Meta de curto prazo (um ano): Mapear grupos culturais/esportivos atuantes nos bairros mais afetados por conflitos entre grupos de traficantes.

Indicador 1: Número/lista de grupos culturais/esportivos mapeados.

5.2 Meta de curto prazo (um ano): Iniciar eventos mensais itinerantes nos bairros mais afetados por conflitos entre traficantes, organizados em conjunto com os grupos culturais/esportivos mapeados e oferecendo verba de transporte para que as pessoas possam se deslocar de um bairro para outro.

Indicador 1: Número de eventos realizados;

Indicador 2: Número de participantes de cada territórios.

Problema: A fragilidade no atendimento aos internos e egressos do sistema socioeducativo dificulta a reinserção desses jovens na sociedade. O sistema socioeducativo não tem sido capaz de cumprir a sua função de ressocializar os jovens e permitir a oferta de outras oportunidades para eles. Como resultado, muitos deles reincidem no crime ou tornam-se vítimas de violência letal.

6. **Ação:** Execução, fiscalização e aperfeiçoamento do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas.

¹⁹ Para uma avaliação com pontos positivos e negativos do projeto Mulheres da Paz ver: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000200147

6.1 Meta de curto prazo (um ano): Empossar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e incentivar que o mesmo fiscalize a implementação do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas.

Indicador 1: Conselho empossado;

Indicador 2: Número de ações de fiscalização realizadas pelo Conselho.

6.2 Meta de médio prazo (dois anos): Adaptar as escolas em tempo integral para o socioeducativo com cursos profissionalizantes, em parceria com o terceiro setor.

Indicador 1: Quantidade de jovens qualificados;

Indicador 2: Número de cursos instalados na escola.

6.3 Meta de curto prazo (um ano): Destinar 20% das vagas de Primeiro Emprego nas empresas para egressos do socioeducativo.

Indicador 1: Número de vagas destinadas a egressos do socioeducativo.

Problema: Embora não sejam as vítimas mais numerosas de homicídios, as mulheres sofrem com uma série de violências que não raramente terminam em morte e afetam não apenas a si, mas também seus filhos e outros parentes. Ademais, as violências sofridas pelas mulheres podem ser consideradas um dos tipos de violência mais subnotificado existente, em razão de uma arraigada cultura machista que naturaliza as agressões sofridas e dificulta a disponibilização de assistência qualificada operando, por sua vez, como um obstáculo para que as mesmas se identifiquem enquanto vítimas.

7. Ação: Institucionalizar a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

7.1 Meta de curto prazo (um ano): Organizar uma campanha pública de conscientização das diferentes formas de violência contra a mulher, desenvolvida para alcançar variados públicos. A campanha deverá ser continuada no tempo (perene) e incidir em variados veículos de comunicação.

Indicador 1: Quantidade de peças publicitárias produzidas;

Indicador 2: Quantidade de inserções diárias nos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e mídia impressa);

Indicador 3: Medidor de alcance/impacto nas redes sociais;

Indicador 4: Percepção da sociedade com relação à violência contra a mulher.

7.2 Meta de médio prazo (dois anos): Criar um programa estadual para discutir/tematizar o machismo estrutural na Escola de Governo, voltado para a desconstrução do machismo junto a gestores públicos de todas as áreas.

Indicador 1: Periodicidade do curso;

Indicador 2: Número de alunos;

Indicador 3: Representatividade das áreas de governo participantes do curso.

7.3 Meta de longo prazo (quatro anos): Tratar o tema da violência contra a mulher, especialmente a doméstica, e da cultura machista desde a formação escolar, incluindo a temática no currículo escolar básico, através de um processo de pactuação social. Elaborar, no curto prazo, o conteúdo pedagógico, testando-o em palestras nas escolas, para então propor um Projeto de Lei e trabalhar junto à sociedade para a sua aprovação.

Indicador 1: Quantidade de organizações da sociedade civil e governamentais engajadas na elaboração do projeto pedagógico;

Indicador 2: Projeto de Lei elaborado;

Indicador 3: Projeto de Lei aprovado;

Indicador 4: Quantidade de escolas implementando as aulas temáticas.

7.4 Meta de médio prazo (três anos): Mapear, disseminar e capacitar a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência: (i) mapear as instituições que compõem o fluxo de atendimento; (ii) adaptar a rede para que o primeiro atendimento possa ser realizado em qualquer equipamento que compõe o fluxo; (iii) capacitar os profissionais que atuam na rede; (iv) disseminar o fluxo e os serviços ofertados através das campanhas informativas sobre violência contra a mulher; (v) criar instrumento de avaliação individualizada dos atendimentos realizados; (vi) garantir a capacitação continuada dos profissionais da rede.

Indicador 1: Quantidade de instituições mapeadas;

Indicador 2: Quantidade de funcionários da rede de atendimento capacitados para realizar primeiro atendimento;

Indicador 3: Número de primeiros atendimentos realizados por cada instituição;

Indicador 4: Quantidade de funcionários das instituições capacitados para atendimento a mulheres vítimas de violência;

Indicador 5: Quantidade de encaminhamentos corretos realizados em atendimento a mulheres vítimas da violência;

Indicador 6: Quantidade de encaminhamentos errados realizados em atendimento a mulheres vítimas da violência;

Indicador 7: Quantidade de peças gráficas com fluxo de atendimento distribuídas em Maceió;

Indicador 8: Conhecimento da população feminina a respeito dos serviços disponíveis (pesquisa de opinião);

Indicador 9: Índice de atendimentos avaliados (número de fichas de avaliação dos usuários preenchida / número de atendimentos realizados);

Indicador 10: Periodicidade dos cursos de capacitação continuada.

7.5 Meta de médio prazo (dois anos): Garantir por lei, recursos orçamentários para a implementação da política de enfrentamento à violência contra a mulher e incentivar a participação da sociedade civil nas reuniões de discussão orçamentária.

Indicador 1: Criação de grupo de trabalho para elaboração da lei e fiscalização do seu cumprimento;

Indicador 2: Aprovação de lei com porcentagem mínima de despesa orçamentária do Governo do Estado para o enfrentamento da violência contra a mulher;

Indicador 3: Montante de recursos empenhados garantidos pelo grupo;

Indicador 4: Nível de execução orçamentária dos recursos empenhados.

7.6 Meta de médio prazo (dois anos): Implantar o Programa de Justiça Restaurativa focado no acompanhamento e tratamento dos agressores de forma a prevenir novas agressões.

Indicador 1: Quantidade de centros de atendimento;



Indicador 2: Quantidade de serviços prestados;
Indicador 3: Número de atendimentos realizados;
Indicador 4: Número de pessoas atendidas.



ANEXO I - A produção das “Oficinas de Estratégias sobre Segurança Urbana, Prevenção ao Crime e Espaços Públicos”

Metodologia

Conforme indicado anteriormente, a segunda etapa do trabalho na área de segurança nos espaços públicos de Maceió previu a construção de estratégias para a segurança urbana e a prevenção ao crime e durou cerca de dois meses entre a preparação das “Oficinas de Estratégias sobre Segurança Urbana, Prevenção ao Crime e Espaços Públicos”, realização das mesmas e sistematização deste documento – “Estratégias para a Segurança Urbana e a Prevenção ao Crime em Maceió”, ora apresentado. As atividades de formulação dessas estratégias foram coordenadas pelo ISER e pelo ONU-Habitat em Alagoas.

A partir do conteúdo produzido no “Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió”, a equipe do ISER definiu três eixos temáticos para discussão e elaboração das estratégias de segurança pública. A proposta, com essa divisão temática, era a de trabalhar com os três principais problemas levantados no Diagnóstico e evitar que a discussão se concentrasse em apenas um tema de interesse. Assim, os temas das oficinas foram:

- Estratégias de Combate à Violência contra a Mulher;
- Estratégias de Prevenção à Violência na Juventude e Combate à Criminalidade;
- Estratégias de Planejamento e Gestão da Segurança Pública.

Para cada grupo temático foram convidados gestores públicos estaduais e municipais de áreas importantes para políticas de prevenção da violência e de repressão ao crime, bem como representantes da sociedade civil organizada e de centros de pesquisa e produção de conhecimento sobre violência em Alagoas. Importante dizer que foram convidadas também organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e grupos locais com os quais uma interlocução foi mantida nos três territórios trabalhados na pesquisa diagnóstica (Benedito Bentes, Jacintinho e Vergel do Lago e arredores).

Para cada um dos grupos temáticos foi realizada uma série de três encontros com o intuito de elaborar diretrizes de ação para minimizar os problemas de segurança pública levantados, bem como aprofundar o contato dos participantes com metodologias e instrumentos de planejamento de políticas públicas. Cada grupo se reuniu uma vez por semana, ao longo de três semanas, e cada encontro foi voltado para uma etapa do planejamento de políticas públicas:

1º Encontro - Reflexão sobre os problemas de segurança na temática de cada grupo:

- Momento inicial de apresentação da proposta das oficinas e da consultoria como um todo;
- Momento secundário de auto-apresentação do grupo e alinhamento de expectativas;
- Momento de reflexão em subgrupos: os participantes foram divididos em subtemas e demandados a levantar os principais problemas em Alagoas a respeito daqueles subtemas. O objetivo, novamente, era evitar que a discussão focasse em apenas um



ou poucos aspectos de cada temática. Cada problema era escrito em um pedaço de cartolina colorida;

- Momento de discussão da produção em plenária: cada subgrupo apresentou os problemas levantados, colando suas tarjetas coloridas em um papel pardo. Nesse momento, cada um pode opinar ou complementar os problemas levantados pelos outros grupos.

2º Encontro - Reflexão e propostas de estratégias de curto, médio e longo prazo:

- Momento de apresentação da sistematização dos problemas levantados no primeiro encontro, articulados de forma organizada em cartolinas coloridas (uma cor para cada subtema). Nesse momento foi também debatida a dificuldade de colocar questões em forma de problemas, antes de apresentar as estratégias;
- Momento de divisão do grupo nos mesmos subtemas do encontro anterior e de levantamento de estratégias de curto, médio e longo prazo (até um ano, de dois a quatro anos e mais de quatro anos, respectivamente) para a solução dos problemas apontados no primeiro encontro. Novamente, pediu-se que eles organizassem as propostas em tarjetas coloridas, respeitando uma ideia por pedaço de cartolina;
- Momento organizado em plenária para apresentar as propostas de cada subgrupo para todos, organizando as ideias na folha única de papel pardo. Nesse momento os subgrupos puderam intervir para opinar ou complementar a produção uns dos outros.

3º Encontro - Definição de metas e indicadores para um Plano Local de Segurança Pública:

- Momento de discussão sobre a importância de monitorar e avaliar políticas públicas e sobre a importância da definição de metas e indicadores claros;
- Momento de apresentação da sistematização dos problemas e das estratégias levantadas nos encontros anteriores, articulados de forma organizada, não mais em subtemas, mas respeitando a relação entre problemas e soluções;
- Momento de divisão da plenária em novos subgrupos, cada um responsável por um conjunto de problemas e soluções. Nesse encontro, eles definiram metas e indicadores para monitorar e avaliar as estratégias propostas por eles mesmos no encontro anterior. Novamente, cada meta e cada indicador deveria ser escrito em uma tarjeta colorida;
- Por fim, momento de apresentação da produção de cada subgrupo e de abertura para discussão em plenária.

A produção de cada grupo temático, bem como a lista de contatos dos participantes foi enviada aos mesmos em formato eletrônico uma semana após o fim das oficinas. Esse material está disponibilizado também neste produto e foi considerado como fonte prioritária para a construção das estratégias de segurança pública aqui propostas, juntamente com elementos que surgiram na etapa de pesquisa diagnóstica anterior.

A realização e os resultados das oficinas

Ao longo de três semanas, foram realizadas nove oficinas, com os três grupos temáticos diferentes, com o intuito de formular conjuntamente estratégias de segurança pública para Maceió.



Foram convidados para esses encontros, gestores públicos ligados à prevenção ou ao combate à violência, bem como representantes da sociedade civil e da academia engajados no tema. O critério para ser convidado era o reconhecido interesse e conhecimento prévio das temáticas: violência contra a mulher, violência contra os jovens e gestão e planejamento em segurança pública.

A composição dos grupos, assim como o desenho das oficinas – que começaram com a identificação de problemas, passaram para o apontamento de estratégias e caminharam para definição de metas e indicadores – tinha como objetivo debater profundamente sobre as políticas públicas em Alagoas, e mais especificamente Maceió, respeitando o conhecimento acumulado dos atores-chave dessa área. Nesse sentido, partiu-se da consensuação dos problemas, caminhando pela identificação das práticas já adotadas para, por fim, buscar uma pactuação das estratégias necessárias para minimizar os problemas. Os grupos de trabalho foram incentivados a prezar pela otimização de esforços, levando em consideração iniciativas já em curso que possuam resultados de sucesso, bem como aprendizados de iniciativas em curso ou finalizadas que tenham falhado em seus objetivos.

Grupo 1 - Estratégias de Combate à Violência contra a Mulher

As oficinas do grupo de “Combate à Violência contra a Mulher” foram frequentadas ao todo por 26 pessoas, representando dez órgãos ou programas públicos²⁰ e três organizações e grupos da sociedade civil²¹, além de quatro grupos da comunidade universitária de Alagoas²². Ao primeiro encontro – identificação de problemas – compareceram 20 pessoas; ao segundo – levantamento de estratégias de ação – foram 14 pessoas; e no último encontro – escolha de metas e indicadores – estiveram presentes 16 pessoas.

A escolha de tratar essa temática de forma específica e separada diz respeito às especificidades da violência letal contra a mulher. Embora as mulheres sejam assassinadas em número significativamente menor do que os homens, os feminicídios vêm crescendo no país e também em Alagoas, como apresentado no “Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió”. Não se trata de um problema menor, mas diferente. Uma das diferenças está também nas dinâmicas distintas do feminicídio em relação aos homicídios entre homens. Como argumentado no Diagnóstico, as mulheres sofrem uma série de violências cotidianas que ao longo do tempo têm o potencial de levarem à violência última de cerceamento da sua própria vida. Por isso, faz-se necessário discutir separadamente a questão da violência contra a mulher e pensar em estratégias específicas para esse tipo de dinâmica criminal.

A fim de aprofundar ainda mais as diferentes formas de violência contra a mulher, nos dois primeiros encontros as participantes foram divididas por grupos em quatro subtemas. Foram eles:

- (i) Violência como tabu – abordando as dificuldades culturais de se falar sobre as diversas formas de violência contra a mulher e a naturalização de determinadas práticas que decorrem dessa interdição da fala;

²⁰ Programa Ronda no Bairro, Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMCS), MPAL, Seades, Guarda Municipal de Maceió, Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (Semudh), TJAL, Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand), Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (Sefaz), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Alagoas (Cedim).

²¹ Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô, Visão Mundial e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

²² Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU/Ufal), Faculdade de Direito da Ufal, Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas (Nevial/Ufal) e Centro Universitário Tiradentes (Unit).



- (ii) Violência doméstica – abordando dinâmicas de violência associadas a pessoas da esfera íntima do cotidiano dessas mulheres, que as tornam vulneráveis inclusive no espaço de seus lares;
- (iii) Violência nos espaços públicos – abordando dinâmicas de violência que dificultam a mobilidade das mulheres pela cidade e que estão geralmente associadas a pessoas estranhas;
- (iv) Fragilidade da rede de atendimento às mulheres – abordando dificuldades de funcionamento eficaz e eficiente dos organismos que deveriam proteger a população feminina em geral e acolher aquelas que sofreram algum tipo de violência.

No último encontro, as propostas foram sistematizadas de forma mais geral, uma vez que muitas delas estavam associadas. Apresenta-se, agora, o resultado final dos três encontros deste grupo, tal qual produzido nas oficinas, seguindo sempre a mesma ordem de exposição: **problemas** → **estratégias** → **metas** → **indicadores**.



ESTRATÉGIAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

PROBLEMAS

Cultura Machista e Patriarcal - cultura que estabelece a desigualdade e hierarquização entre homens e mulheres; Romantização da violência - naturalização da violência como papéis de gênero; Falta de visibilidade às diferentes formas de violência contra a mulher - dificuldade de reconhecimento, pelas próprias mulheres, das várias formas de violência existentes; Baixa utilização dos meios de comunicação em massa; Reforço de estereótipos pela mídia.

ESTRATÉGIAS

Organizar campanhas públicas de conscientização para alcançar públicos diversos, detalhando diferentes formas de violência contra a mulher e desenvolvidas para alcançar variados públicos. As campanhas devem ser continuadas no tempo (perene) e incidir em variados veículos de comunicação (curto prazo); Criar um programa estadual para discutir/tematizar o machismo estrutural na Escola de Governo (curto prazo); Institucionalizar a Política Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

METAS

03 inserções diárias na mídia (TV, rádio e redes sociais);
Atingir 40% da rede de veículos de comunicação;
Desconstruir a cultura machista;
Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

INDICADORES

Número de peças produzidas na campanha;
Quantidade de espaços para circulação da campanha;
Indicador de cultura machista baseado em pesquisas de percepção;
01 plano publicado;
Quantidade de atores envolvidos no processo de construção do plano.

Deficiência da formação educacional.

1º) Realizar palestras em escolas para difundir e ampliar o conhecimento a respeito da Lei Maria da Penha (curto prazo);
2º) Elaborar material pedagógico estruturado sobre o tema da violência contra a mulher (médio prazo);
3º) Introduzir questões sobre violência contra a mulher e machismo no currículo escolar básico (longo prazo).

Atingir 30% da rede de ensino fundamental, médio e superior (público e privado);
Elaboração de cartilhas educativas, acessíveis e em diversos formatos;
Projeto de lei sobre a temática deve ser criado, aprovado e implementado.

Tamanho da rede de ensino;
Quantidade de formatos de cartilha elaborados;
Existência da lei.

Inversão de papéis - Responsabilização das vítimas e vitimização dos agressores: vítimas vistas como loucas;
Invisibilidade, naturalização, autopercepção e desconhecimento;
Público X Privado - cultura brasileira que dificulta a noção/construção de problemas públicos;
Falta de políticas de acompanhamento dos agressores.

Qualificar o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica:
- Ampliar a cobertura dos abrigos;
- Melhorar a aplicação de medidas de proteção (médio prazo).
Implantar o Programa de Justiça Restaurativa - acompanhamento e tratamento dos agressores de forma a prevenir novas agressões (médio prazo).

Rede de abrigo adequada à demanda;
Serviço conhecido pela população;
Criação de núcleo de prática restaurativa.

Demanda de mulheres por vagas;
Vagas ociosas em abrigos;
Existência da estrutura física;
Quantidade de serviços prestados;
Quantidade de público atendido.

PROBLEMAS

Baixa apropriação dos espaços públicos (participação social) - tríade ambiente X vítimas X agressores ;
Baixa vigilância natural - "olhos nas ruas" - cidades construídas para carros e não para pessoas;
Baixa cultura de pertencimento/apropriação dos espaços públicos - o espaço público visto como propriedade e responsabilidade apenas do Estado;
Estado de conservação dos espaços públicos - teoria das janelas quebradas;
Baixa capacitação das equipes que trabalham com mobilidade e acessibilidade.

Descontinuidade das políticas e programas;
Fragilidade no diálogo entre poder público e sociedade civil;
Desarticulação social e descrença no poder público;
Negação e desqualificação discursiva da, já frágil, rede existente;
Falta de compromisso de representantes da sociedade civil ao ocupar os espaços de representação (ocupar espaço não é só ocupar cadeiras).

ESTRATÉGIAS

Formular um projeto de incentivo à organização em rede de mulheres que leve em consideração o uso de novas tecnologias de informação/comunicação - mapear grupos já existentes e elaborar propostas de articulação dos mesmos em esferas municipal (curto prazo);
Criar rede de monitoramento, comunicação e vigilância de políticas públicas para mulheres (médio prazo);
Utilizar novas tecnologias de informação/comunicação para criar indicadores de violências contra a mulher, mapear desafios e formular políticas públicas;
Fiscalizar a política das paradas de ônibus para mulheres.

Aprimorar a legislação estadual e nacional para garantir a sistematicidade de políticas de conscientização e de monitoramento da violência doméstica (longo prazo);
Incentivar a participação popular na discussão orçamentária sobre políticas para mulheres (curto prazo).

METAS

Criação de plataforma digital com participação de movimentos sociais e academia, para que as mulheres colaborem com a denúncia (vigilância em rede), a partir de campanhas pelas redes sociais capitaneadas pelos movimentos de mulheres (conscientização da responsabilidade enquanto cidadã);
Plataforma operante e disseminada em redes de mulheres;
Ampliar a participação popular a partir de campanhas pelas redes sociais elaboradas pelos movimentos de mulheres, com divulgação nos espaços públicos/privados (coletivos, bares, shoppings), buscando elevar o número de denúncias de violências contra as mulheres;
Mapeamento, através da plataforma, das paradas de ônibus inseguras e empresas inadimplentes com a Lei Parada Segura.

INDICADORES

Número de mulheres que acessam a plataforma;
Número de relatórios periódicos, com análise dos indicadores do mapeamento de espaços inseguros, para solicitação de ações de intervenção urbana, produzidos através da plataforma;
Número de denúncias realizadas por mulheres;
Número de relatórios específicos sobre paradas de ônibus entregues ao poder público e às empresas de ônibus;
Número de mulheres que realizam denúncias na plataforma.

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Fragilidade das redes de apoio: recursos humanos (quadro de funcionários, capacitação e formação continuada); infraestrutura (espaço, cobertura 24 horas); intersetorialidade "Sistemas" de apoio compostos por apenas 01 funcionário.

Garantir verba e estrutura para o funcionamento da rede de atendimento à mulher vítima de violências (curto prazo); Qualificar a cobertura de atendimento à vítima: - 1º atendimento realizado no equipamento mais próximo da vítima, independente do seu caráter, para, então, fazer encaminhamentos (longo prazo).

Criação de um grupo de trabalho para encontrar e gerir recursos de enfrentamento à violência contra a mulher; 1% do orçamento público destinado para o enfrentamento da violência contra a mulher - percentual mínimo fixo.

Existência do grupo de trabalho;
Montante de recursos garantidos pelo grupo;
Nível de execução orçamentária dos recursos recebidos.

Deficiência da capacitação profissional.

1º) Mapear o fluxograma de atendimento a mulheres vítimas de violência (curto prazo);
2º) Capacitar os profissionais envolvidos na rede de enfrentamento à violência contra a mulher (médio prazo);
3º) Garantir a capacitação continuada para todos os profissionais envolvidos na rede de enfrentamento à violência contra a mulher (longo prazo).

Disseminar o mapeamento do fluxograma de atendimento a mulheres vítimas de violência (médio prazo).

Fluxo atual revisado e padronizado;
Identificação dos profissionais de 1º atendimento em cada equipamento;
Evento anual (palestras ou seminários temáticos) para toda a rede sobre violência contra a mulher com no mínimo 80% dos profissionais da rede;
Oficinas trimestrais;
Criação de grupo de trabalho multidisciplinar para orientação, disseminação, formulação e avaliação das políticas públicas com foco na formação continuada;
Garantia de dotação orçamentária;
Confecção de cartilhas, cartazes e banners com o fluxo de atendimento para distribuição em todos os equipamentos.

Existência da descrição gráfica do fluxo;
Nível de percepção e compreensão do fluxo pelos profissionais e usuários (pesquisa de percepção);
Número de atendimentos realizados por cada equipamento e profissional;
Número de encaminhamentos realizado por cada profissional;
Taxa de participação dos profissionais da rede nas palestras (profissionais que participaram das palestras / funcionários existentes na rede);
Número de palestras/ seminários realizados;
Constituição do grupo;
Produção do grupo - Plano de ação periódico;
Quantidade de atores envolvidos;
Recursos disponíveis e gastos;
Quantidade de materiais distribuídos;
Taxa de equipamentos que receberam o material (equipamentos que receberam / equipamentos existentes).

Ausência de monitoramento e avaliação das políticas implementadas.

Criar instrumentos de avaliação contínua de todas as redes, que contemplem as usuárias e sua percepção do serviço (curto prazo).

Elaboração de questionário padronizado de atendimento;
Aplicação em 100% dos atendimentos.

Taxa de aplicação do questionário (atendimentos com questionário aplicado / atendimentos realizados).

Grupo 2 - Estratégias de Prevenção à Violência na Juventude e Combate à Criminalidade

As oficinas do grupo de “Prevenção à Violência na Juventude e Combate à Criminalidade” foram frequentadas ao todo por 25 pessoas, representando oito órgãos ou programas públicos²³ e oito organizações e grupos da sociedade civil²⁴. Ao primeiro encontro – identificação de problemas – compareceram 17 pessoas; ao segundo – levantamento de estratégias de ação - foram 14 pessoas; e no último encontro – escolha de metas e indicadores – estiveram presentes 11 pessoas.

O tema da juventude foi tratado de forma separada devido à centralidade que representa para a prevenção da violência letal. Como demonstrado no “Diagnóstico Participativo e Analítico da Segurança Urbana em Maceió”, os jovens são as principais vítimas de violência letal, especialmente os jovens negros, e no caso de Maceió, os jovens negros que moram ou frequentam seis bairros específicos da cidade (Benedito Bentes, Cidade Universitária, Tabuleiro dos Martins, Clima Bom, Jacintinho e Vergel do Lago). Nesse sentido, é urgente propor políticas capazes de prevenir os assassinatos desses jovens, compreendendo quais são as dinâmicas que levam a essas mortes e alterando-as.

Novamente, com o intuito de aprofundar ainda mais as diferentes dinâmicas de violência que vitimizam nossos jovens, nos dois primeiros encontros os participantes foram divididos em quatro subtemas. Foram eles:

- (i) Naturalização da criminalidade – abordando a aceitação e mesmo a legitimação de várias práticas violentas (por exemplo: os linchamentos);
- (ii) Prevenção primária e terciária – abordando causas estruturais da violência entre jovens de forma geral, e entre jovens egressos do sistema socioeducativo ou do sistema prisional;
- (iii) Prevenção secundária – abordando questões relacionadas a grupos de risco da violência armada;
- (iv) Relações com o espaço – abordando a influência ou interferência dos espaços em práticas criminais.

No último encontro, as propostas foram sistematizadas de forma mais geral, uma vez que muitas delas estavam associadas. Apresenta-se, agora, o resultado final dos três encontros deste grupo, tal qual produzido nas oficinas, seguindo sempre a mesma ordem de exposição: **problemas → estratégias → metas → indicadores**.

²³ Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (Semelj), Seprev, Programa Ronda no Bairro, Seris, Sefaz, Seduc, Semudh, Programa de Bases Comunitárias da SSP.

²⁴ Ceasb, Instituto Raízes de África, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Zumbi dos Palmares (Cedeca), Visão Mundial, Instituto para o desenvolvimento das Alagoas (Ideal), Quintal Cultural, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de Maceió e Centro Cultural do Benedito Bentes.



ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NA JUVENTUDE E COMBATE À CRIMINALIDADE

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Preconceito social/cultural:

- Racismo
- Machismo
- Pobreza
- Periferia

Desigualdade social

Formular uma Política de Valorização dos Indivíduos Atingidos pelo Preconceito (curto prazo);
Campanha de combate ao preconceito contra negros, jovens, população LGBT, populações periféricas, população em situação de rua e pessoas com problemas de drogadição;
Formulação de projetos voltados para criar oportunidade de educação, trabalho e lazer para essas pessoas;
Enfrentar o tema "descriminalização das drogas" - realizar campanhas focadas na lógica de redução de danos para promover o debate público sobre o tema (curto prazo);
Criação de um Programa Estadual para discutir o racismo institucional e estrutural na Escola de Governo (curto prazo);
Estabelecer espaços de interlocução para a implementação da Lei nº 10.639/03 (curto prazo).

Executar as políticas e planos existentes;
Criação de uma política estadual de valorização de indivíduos em condições de vulnerabilidade;
Realizar fóruns e workshops para a discutir a criminalização junto à sociedade.

Índices de violência decorrentes do racismo e do machismo;
Política formulada, apresentada à assembleia legislativa e publicada;
Quantidade de eventos realizados;
Número de participantes.

Banalização do crime em redes sociais e meios de comunicação tradicionais:
- Propagação de violência através de música, pichações etc.
- Padrão de consumo insustentável imposto pela grande mídia.

1º) Oferecer programas educacionais na grade de emissão de veículos de comunicação, combatendo os diversos preconceitos (curto prazo):
- Adotar a proposta da Conferência de Comunicação;
2º) Estabelecer marco regulatório dos meios de comunicação com relação aos conteúdos de práticas criminosas (médio prazo).

Ter uma grade de programação voltada à educação e cultura de paz;
Aprovação do marco regulatório;
Mobilização da sociedade civil em torno do marco regulatório.

Número de programas;
Avaliação da percepção da população sobre os programas;
Quantidade de instituições não-governamentais envolvidas no processo;
Assiduidade das pessoas nas reuniões.

PROBLEMAS

Banalização das mortes:
- Mídia - o caso dos programas de "plantão de polícia"
- População - morte como método de resolução de conflitos
Medo de represálias;
Falta de mediação comunitária - cultura do "não vou me meter".

Falta de apoio à população de periferia;
Falta de compromisso de algumas instituições que atuam na prevenção e que recebem recursos para atuar;
Desvalorização de instituições que atuam de forma dedicada na prevenção;
Desemprego;
Problemas no acesso à educação formal:
- falta de projeto para as escolas integrais - funcionam como depósito de gente
- Evasão escolar
- Dissonância entre ensino municipal e ensino médio.

Descontinuidade do processo educacional após o cumprimento da medida socioeducativa;
Falta de oportunidade e apoio aos egressos;
Dificuldade de trabalho em rede para apoiar os egressos.

ESTRATÉGIAS

Criar programas de mediação de conflito envolvendo judiciário e conselhos - Comunicação Não Violenta (médio prazo);
Promover hackatons com o tema de segurança pública nas áreas vulneráveis (curto prazo);
Criação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Letal na Juventude (médio prazo).

Formulação de uma Política Participativa de Promoção da Igualdade em Maceió focada nas condições de vida (renda), educação e trabalho (curto prazo).

Execução/Fiscalização do Plano Estadual de Medidas Socioeducativas (curto prazo);
Adaptação das escolas em tempo integral com cursos profissionalizantes, em parceria com o terceiro setor - para o socioeducativo (curto prazo);
Solicitar 20% das vagas de primeiro emprego nas empresas para socioeducativo (curto prazo).

METAS

Ampliação do programa de mediação comunitária - um núcleo/centro por Região Administrativa;
Realização de workshops sobre violência em 03 territórios (Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar);
Criação do Plano e decreto.

Execução de cursos profissionalizantes pelo terceiro setor;
Equipar 100% a Escola Socioeducativa.

INDICADORES

Número de pessoas atendidas pelo programa;
Estruturas implantadas;
Quantidade de eventos realizados;
Número de participantes.

Quantidade de jovens qualificados;
Número de cursos instalados na escola.

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Desemprego entre jovens, sobretudo jovens de periferia;
Inclusão produtiva via empregos informais;
Mulheres no crime.

1º) Formular uma Política de Desenvolvimento de Áreas Periféricas (curto prazo):
- Destinar mais investimentos para áreas marginalizadas
- Fomentar, valorizar e apoiar iniciativas de organização comunitária em áreas periféricas (fóruns e parlamentos jovens, associações e espaços comunitários) através de editais para iniciativas culturais e projetos sociais
- exemplos: Plataforma de Centros Urbanos, Batuque Mundaú e Lagoa Aberta
- Ações de incentivo a atividades esportivas e culturais integrando equipamentos públicos e grupos comunitários
- Priorização de vagas no programa de Primeiro Emprego
2º) Inverter investimento público priorizando áreas mais pobres ao invés de áreas turísticas e nobres (médio prazo) - estudo do PPA

Implantar equipamentos públicos ausentes nas periferias - sobretudo creches (longo prazo);
Utilizar mão de obra local (moradores remunerados) em obras de urbanização e construção de espaços públicos;
Fortalecer e ampliar rede de proteção às vítimas de violência (médio prazo):
- Mulheres vítimas
- Homens egressos do tráfico.

Aumentar vagas formais de emprego em bairros periféricos;
Aumentar qualificação das pessoas;
Capacitar pessoas para orçamento participativo.

Número de vagas criadas em cada bairro;
Número de pessoas qualificadas;
Número de oficinas realizadas;
Número de pessoas atendidas.

Violência armada:
- circulação de armas legais e ilegais
- cultura do uso de armas.

Fortalecer a política de desarmamento (curto prazo).

Comunicar melhor o serviço à população;
Aumentar a quantidade de armas recolhidas.

Número de armas recolhidas.

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Deficiência de segurança nos espaços urbanos;
Diferença no modelo de segurança e no comportamento dos agentes de segurança de acordo com o local - centro X periferia;
Combate violento ao tráfico apenas em área de pobreza e impunidade em áreas nobres;
Organização dos mercados de distribuição de drogas em áreas de maior vulnerabilidade social.

Promover práticas voltadas para as "cidades para as crianças", com humanização dos espaços públicos (curto prazo);
Promover políticas de promoção de ruas seguras, inclusive para moradores de rua (médio prazo).

Estabelecer uma iniciativa piloto em 1 ano;
Estabelecer uma iniciativa em cada um dos 03 territórios (Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar) em 2 anos;
100% das ruas consideradas inseguras mapeadas/identificadas em 1 ano;
Encaminhar 30% da população em situação de rua identificada em 03 territórios (benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar) para atendimento social em 2 anos.

Número de participantes, pessoas/instituições, das comunidades dos territórios;
Registro das intervenções realizadas e de sua utilização pela comunidade;
Número de ocorrências violentas nos locais das intervenções;
Índice de ruas mapeadas em 1 ano (número de ruas mapeadas X número de ruas existentes);
Número de pessoas encaminhadas em 2 anos.

Estabelecimento de fronteiras entre grupos diferentes de comercialização de drogas, impactando as possibilidade de circulação e de acesso a serviços por parte de moradores de periferias

Estabelecer eventos culturais, de lazer e esportivos que agreguem moradores de diferentes comunidades periféricas, favorecendo a circulação pela cidade (curto prazo).

Mapear pelo menos 30 grupos culturais e/ou esportivos atuantes em cada um dos 3 territórios (Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar) no período de 01 ano;
Criar eventos mensais itinerantes em cada um dos 03 territórios.

Número/lista de grupos culturais/esportivos mapeados nos 3 territórios;
Número de eventos realizados e quantidade de participantes dos territórios.

Referências negativas:
- Falta de referência familiar
- Falta de perspectiva de futuro
- Destruição das tradições e substituição por expressões culturais mais violentas (não existe espaço vazio)
Fragilidade das políticas públicas:
- Falta de políticas pedagógicas sobre o tema nas escolas
- Descontinuidade das políticas de segurança pública
- Certeza da impunidade – "se não vai dar em nada, por que eu vou me expor?"

Disseminar/fortalecer práticas de justiça restaurativa (médio prazo);
Fortalecer a polícia investigativa para alcançar maior resolutividade de crimes no Judiciário e reduzir a impunidade (médio prazo).

Criar birôs jurídicos junto a Semas;
Redução de conflitos.

Número de conflitos locais;
Número de atendimentos.

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Ausência de políticas de inclusão social - desigualdade na distribuição de serviços pela malha urbana:

- Falta de infraestrutura e de equipamentos públicos nas periferias
- Falta de espaços para lazer e atividades culturais nas periferias
- Carência de infraestrutura para mobilidade urbana

Ausência de pertencimento ao espaço público;
Desvalorização dos diferentes usos do espaço público.

Implementar projetos de fomento à utilização/ ocupação dos espaços públicos e parceria com a sociedade civil e a iniciativa privada (curto prazo):

- Mapear espaços públicos subutilizados nas periferias
- Estabelecer práticas/ intervenções rápidas de design ativo (placemaking) em parceria com organizações da sociedade civil, iniciativa privada e academia nas periferias
- Fomentar e apoiar a realização de manifestações culturais já existentes nos espaços diversos

Exemplos: Praça da Juventude e Ocupe as Praças

Estabelecer iniciativas de mutirão assistido e ATHIS nas comunidades periféricas (médio prazo);
Reformar espaços públicos sucateados nas periferias (médio prazo);
Estruturar equipamentos de iluminação em espaços públicos (médio prazo);
Implantar pontos de ônibus (estrutura física) em toda a periferia e rever as rotas de ônibus existentes (médio prazo);
Implantar sistema ciclovário nas periferias (médio prazo);
Promover ações de fiscalização e conscientização junto a motociclistas visando a diminuição de acidentes viários (médio prazo).

Mapear 100% dos espaços públicos subutilizados em 1 ano;
Estabelecer uma iniciativa de design ativo em cada um dos 03 territórios (Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar) no período de 02 anos;
Estabelecer uma iniciativa de mutirão assistido em cada um dos 03 territórios (Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar) no período de 02 anos;
Mapear de todos espaços públicos sucateados em 01 ano;
Implantar abrigos de ônibus nas áreas de maior circulação dos territórios;
Implantar ciclovias em todos os principais corredores de transportes (vias arteriais) dos 03 territórios (Benedito Bentes, Jacintinho e Baixada Lagunar).

Número de espaços públicos mapeados em 01 ano;
Registro de intervenções de iniciativas de design ativo em cada um dos 03 territórios;
Registro das iniciativas de mutirão assistido em cada um dos territórios;
Número de espaços públicos sucateados mapeados em 01 ano;
Índice de abrigos de ônibus implantados (número de abrigos implantados X número de pontos de ônibus existentes);
Número de ciclovias implantadas nos principais corredores de transportes;
Número de ciclistas usando as ciclovias (contagem).

Intervenções públicas que desorganizam as relações nos espaços.

Implantar prática sistemática permanente de planejamento participativo para todos os projetos públicos de impacto nas periferias (curto prazo).

Realizar audiências públicas nos territórios.

Número de audiências realizadas;
Número de participantes dos territórios.

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Falta de rede intersetorial de acolhimento - que inclua governo e sociedade civil;
Descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
Drogadição - consumo de álcool e cocaína.

Mapear as instituições de recolhimento e fortalecer o trabalho em rede voltado para populações em situação de rua, vítimas de violência e pessoas com problemas de drogadição (curto prazo);
Fortalecer os Conselhos Tutelares e Conselhos das Crianças (curto prazo);
Empossar o Conselho Estadual da Criança e Adolescente.

Identificar e cadastrar instituições governamentais e não-governamentais que fazem atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade;
Fortalecer equipes técnicas para receber as diversas demandas;
Reduzir a violência contra essas populações;
Executar a posse do conselho estadual.

Número de instituições cadastradas;
Atas do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente;
Número de ações de fiscalização realizadas pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Corrupção e impunidade:
- Violência policial - assédios, abordagens violentas, roubos, invasões domiciliares e assassinatos
- Fracasso no papel do judiciário
- Sensação de impunidade
- Corrupção.

Implantar ouvidorias e fortalecer corregedorias para fiscalizar as práticas abusivas e irregulares de agentes públicos (curto prazo);
Incentivo ao uso de táticas não violentas (curto prazo);
Abordagem preventiva de orientação;
Facilitação dos relatos de abuso policial.

Implantar unidades de inteligência nas corregedorias.

Índice de resolução de processos (número de processos resolvidos X número de processos abertos).

Falta de acompanhamento/ responsabilidade dos pais com relação aos valores e práticas dos filhos;
Desestruturação familiar.

Oferecer um programa de educação doméstica às famílias beneficiárias do Bolsa Família (longo prazo).

Consolidar a política do autocuidado entre famílias e comunidade;
Redução de vulnerabilidade pessoal.

Número de vulnerabilidades registradas.

Grupo 3 - Estratégias de Planejamento e Gestão da Segurança Pública

As oficinas do grupo de “Planejamento e Gestão da Segurança Pública” foram frequentadas ao todo por 15 pessoas, representando nove órgãos ou programas públicos²⁵ e uma organização da sociedade civil²⁶. Ao primeiro encontro – identificação de problemas – compareceram 11 pessoas; ao segundo – levantamento de estratégias de ação – foram seis pessoas; e no último encontro – escolha de metas e indicadores – estiveram presentes sete pessoas.

A escolha desse terceiro grupo se deveu à necessidade de tratar de forma aprofundada questões relacionadas ao próprio exercício das atividades policiais, sua relação com os demais órgãos do sistema de justiça criminal e seu impacto na produção de segurança ou insegurança pública. Embora políticas preventivas sejam absolutamente vitais para uma abordagem abrangente do campo da segurança pública, elas não são suficientes. Construir uma sociedade segura passa, também, pela tematização dos modelos e práticas policiais, qualificando os instrumentos de repressão disponíveis.

Mais uma vez, com o intuito de não restringir a discussão a poucos temas, nos dois primeiros encontros dividimos o grupo em quatro. Aqui, essa divisão fazia-se ainda mais necessária, visto que um dos temas era a infraestrutura disponibilizada para o trabalho policial, assunto que pela nossa experiência tende a monopolizar o debate. Mas, é importante fazer uma ressalva, diferentemente dos outros dois grupos em que os elementos do Diagnóstico pautaram de forma mais direta a escolha do tema, aqui adotamos uma abordagem ligeiramente diferente. Uma das maiores questões relacionadas ao trabalho policial que surgiu no Diagnóstico foi a truculência da Polícia Militar. Esse assunto não poderia ser abordado de forma direta sem criar antagonismos. Nesse sentido, buscamos a via de discutir modelos de policiamento, infraestrutura e preparo como forma de tangenciar as questões que surgiram no Diagnóstico. Os subtemas sugeridos foram:

- (i) Produção de informação e planejamento – abordando questões relacionadas a processos de planejamento de ações, monitoramento e avaliação das mesmas, com o intuito de compreender a existência ou não de estruturas de gestão das políticas de segurança;
- (ii) Condições de trabalho das instituições de segurança pública – abordando as condições de infraestrutura para o desempenho das funções e a percepção de valorização do trabalho dos policiais, considerados elementos centrais para o sucesso de qualquer política sustentável de segurança;
- (iii) Formação dos agentes de segurança – abordando questões relativas ao processo de preparação dos policiais para o desempenho de suas atividades, não apenas restrito ao cumprimento de padrões mínimos, mas também atento para quais os modelos de policiamento que estão sendo incentivados desde a formação;
- (iv) Relações entre as instituições do sistema de justiça criminal – abordando o conhecimento dos agentes de segurança presentes com relação às demais etapas do sistema de justiça criminal e com relação ao papel e ao relacionamento com as demais instituições. Com relação a esse tópico há que se fazer mais uma ressalva. Os participantes do grupo não debateram modelos de funcionamento, nem obstáculos ao bom funcionamento das demais instituições. Nesse quesito, apenas foi tratada a percepção de que o controle exercido pelas outras

²⁵ SEMSCS, Programa Ronda no Bairro, SSP, Sefaz, Semudh, Neac/SSP, PM, PC e Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Maceió.

²⁶ Sindicato dos Policiais Cíveis de Alagoas (Sindpol/AL).

instituições é feito de forma “abusiva”, caracterizando certa “perseguição” e sobrecarga nas atividades policiais.

No último encontro, as propostas foram sistematizadas de forma mais geral, uma vez que muitas delas estavam associadas. Apresenta-se, agora, o resultado final dos três encontros deste grupo, tal qual produzido nas oficinas, seguindo sempre a mesma ordem de exposição: **problemas** → **estratégias** → **metas** → **indicadores**.



ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROBLEMAS

Falta de cultura em segurança e inteligência:
 - Vaidades Institucionais - Personalismo na produção e controle da informação - "informação é poder"
 - Falta de compartilhamento de informações intra e interinstitucional
 - Confusão entre compartimentalização e secretização

Falta de planejamento e gestão da coleta de informação (muda a gestão mudam os padrões);
 BO não é produzido ou não é detalhado;
 Polícia Civil não dá retorno sobre motivações do crime;
 Falta de controle e informações sobre munições;
 Falta regulação por parte de todos os órgãos.

ESTRATÉGIAS

Elaborar Planejamento Estratégico de Inteligência do SUSP (médio prazo);
 Reativar Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGIE) (curto prazo);
 Criar Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM) (curto prazo);
 Unificar o Sistema Único de Inteligência em Segurança Pública (médio prazo);
 Sistematizar a coleta de dados junto à sociedade dos Órgãos de Segurança Pública do SUSP;
 Capacitar continuamente os agentes de inteligência do SUSP;
 Criação de um sistema eficiente e integrado de inteligência - com a participação de agentes que atuam na ponta.

METAS

Plano Estratégico de Inteligência dos órgãos que compõe o SUSP criado em 2 anos;
 GGIE funcionando em 1 ano;
 20% dos municípios com GGIM em 1 ano;
 50% dos municípios incorporados ao sistema.

INDICADORES

01 Plano pronto;
 Atas de reuniões do GGIE e do GGIM de Maceió;
 Número de municípios com GGIM;
 Número de municípios no sistema.

Falta de gestão/organização do trabalho:
 - ausência de um sistema integrado de inteligência
 - falta de padronização e respeito às escalas de serviço
 - burocratização excessiva do trabalho.

Reavaliar a distribuição de efetivo em outras atividades que não as atividades fim (curto prazo);
 Realocar recursos humanos já existentes para funções de apoio interno aos próprios órgãos (profissionais de saúde, do campo do direito, da assistência social, da administração e da comunicação).

Falta de integração com a comunidade:
 abordagem de rua pouco humanizada
 baixa capacidade de escuta e diálogo
 falta de equipamento de baixa letalidade.

Disseminar a filosofia das bases comunitárias (curto prazo)
 Ações para a comunidade: orientações/palestras, visitas/reuniões comunitárias, eventos sociais
 Adquirir equipamentos de baixa letalidade para o uso progressivo da força (médio prazo).

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Falta de sinergia entre instituições atrapalha o andamento da justiça criminal:

- Atividade policial dividida em dois ciclos e dificuldades de atuação e comunicação;
- Afastamento/Falta de diálogo e acompanhamento do Ministério Público;
- Falta de apoio da Polícia Federal;

Descumprimento do papel de cada instituição:

- morosidade da Justiça em alimentar a central de mandados de prisão sobrecarrega a Polícia Civil
- Falta de apoio do MP na orientação dos policiais para cumprimento de mandatos.

Acabar com a duplicação de papéis (curto prazo);
Polícia civil não pode fazer policiamento ostensivo;
Polícia Militar não investiga;
Criar um gabinete de integração entre PM, PC, MP e Judiciário para agilizar mandados judiciais (curto prazo).

Falta de valorização do trabalho dos profissionais de segurança:

- ineficácia no acompanhamento jurídico - insegurança na atuação;
- falta de acompanhamento médico/psicológico - efeitos do trabalho sobre a saúde e casos de suicídio;
- salários baixos;
- descaso e falta de assistência (funerária e psicológica) às famílias em caso de morte.

Criar equipe multidisciplinar de apoio aos agentes de segurança pública - médicos, psicólogos e assistentes sociais (curto prazo);
Estabelecer e cumprir protocolos de quarentena e atendimento para profissionais em situação de estresse;
Realocar de pessoal para exercer essas funções aproveitando capacidades existentes;
Reformular o escalonamento salarial, reduzindo as desigualdades internas das folhas salariais (longo prazo).

Existência de uma equipe multidisciplinar com profissionais especializados disponíveis para atender exclusivamente profissionais da área de segurança;
Reduzir a diferença salarial entre os servidores das instituições de segurança;
Disponibilizar plano de saúde com cobertura total para os agentes de segurança pública.

Pesquisa de percepção sobre a qualidade de vida com os agentes de segurança;
Tabela salarial de cada corporação;
Quantidade de agentes cobertos pelo plano.

Falta de consciência da população a respeito de trotes e de auxílio com informações;
Ausência de instâncias de planejamento junto à população.

Fortalecer atuação junto à sociedade (curto prazo):
Agir junto à sociedade com palestras culturais acerca da Segurança Pública
Criar Conselhos Comunitários de Segurança Pública
Implantar Campanha de uso consciente do 190.

PROBLEMAS

ESTRATÉGIAS

METAS

INDICADORES

Falta de condições de infraestrutura;
Viaturas que não trazem segurança
Falta de efetivo
Precariedade de condições dos quartéis e delegacias
Falta de capacitação constante e continuada
Presença de presos nas delegacias.

Adquirir viaturas e equipamentos para as atividades policiais (médio prazo);
Alocar viaturas para atendimento do 190 (médio prazo);
Realizar concurso público para os órgãos de segurança garantindo os efetivos mínimos que permitam respeitar as escalas de trabalho (médio prazo);
Reformar e manter de forma continuada as estruturas das delegacias e quartéis (médio prazo);
Realizar parcerias com municípios para manutenção dos equipamentos (médio prazo);
Construir casas de custódia nas cidades (curto prazo);
Retirar presos das delegacias (curto prazo).

Realizar diagnóstico aprofundado de demanda por atuação policial;
Concurso público para todos os órgãos de segurança em 2 anos;
Reformar os prédios públicos, em 2 anos, e realizar parcerias com as prefeituras para manutenção continuada;
Casas de custódia em funcionamento regular.

Escala de serviço por região;
Quantidade de vagas abertas em concursos;
Periodicidade das vagas abertas;
Número de prédios reformados;
Periodicidade das reformas;
Número de presos em casas de custódia.

Investigação social deficitária no processo de seleção.

Rever processos seletivos com foco nas investigações sociais dos candidatos aos cargos da segurança Pública (médio prazo).

Deficiência em órgãos voltados para o trabalho de inteligência junto à população:
- não existe unificação estadual do 190
- recursos humanos insuficientes
- falta de viaturas para atender as denúncias.

Estruturar e ampliar a Central 190 para todo o Estado (médio prazo).

Universalização do número central 190 e implantação do CAD nos interiores em 1 ano;
Atingir 80% do Estado com centrais 190;
Ter 100% de divulgação de campanha de conscientização da Central 190 nos canais de comunicação.

Número de municípios alcançados;
Quantidade de denúncias registradas;
Quantidade de registros por Batalhão;
Quantidade de registro por Delegacia.

PROBLEMAS

Problemas na formação inicial:

- falta de infraestrutura nos Centros de formação
- falta de recursos humanos para formação
- diferença nos tempos de formação dos agentes de segurança
- disciplinas fundamentais para o contato com a pessoa oferecidos na modalidade Ensino à Distância;

Despreparo nas abordagens com o público das pessoas em vulnerabilidade social;

Treinamento não-continuado e ineficiente de tiros:

- falta de recursos materiais para o treinamento inicial
- descumprimento das normas nacionais
- treinamento “na prática” ou financiado privadamente pelo próprio agente de segurança;

Militarismo na formação:

- planos de carreira separado
- mérito X entrada
- falta da unificação da formação continuada entre os agentes (exigência presencial).

ESTRATÉGIAS

Criar infraestrutura nos Centros de Formação do SUSP em conformidade com as matrizes curriculares da SENASP (médio prazo);

Aprimorar processos de formação (médio prazo);

Mesclar os profissionais de instrução de diferentes órgãos;

Criar curso de abordagem - básico e continuado - voltado para o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social;

Implantar sistema de capacitação continuada para órgãos que integram o SUSP;

Criar projeto piloto de formação interinstitucional (curto prazo);

Intercâmbio de profissionais de formação entre as instituições (curto prazo).

METAS

Estruturar centros de formação;

Aprimorar cursos de formação;

Corpo docente multidisciplinar;

Periodicidade dos cursos.

INDICADORES

Periodicidade da formação continuada;

Percepção dos agentes da aprendizagem;

Número de docentes de cada instituição;

Número de discentes de cada instituição;

Sistematicidade do curso.

Burocratização das audiências de custódia:

- tomam muito o tempo do policial sem que haja a mesma exigência por parte da sociedade civil, que não é obrigada a comparecer
- depoimento realizado na delegacia não é levado em consideração - reclamação quanto à necessidade de depor em juízo novamente
- depois do tempo dispendido, o réu ainda sai em liberdade provisória por falta de vagas e morosidade do sistema de justiça.